

CIDADE INOVA.

UMA REVISTA CARIOCA DE GESTÃO PÚBLICA

PROTOCOLO DE CALOR DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

■ CIVITAS: TECNOLOGIA,
INTELIGÊNCIA E
INTEGRAÇÃO

■ CARTÃO PRIMEIRA
INFÂNCIA CARIOCA

■ SOLÁRIO
CARIOCA

FUG

NÚMERO 27 / MARÇO 2026

**PREFEITURA DA CIDADE
DO RIO DE JANEIRO**

**PREFEITO
Eduardo Cavaliere**

**SECRETÁRIO MUNICIPAL
DA CASA CIVIL
Leandro Matieli Gonçalves**

**INSTITUTO FUNDAÇÃO
JOÃO GOULART**

**PRESIDENTE
Rafaela Bastos**

**A REVISTA CIDADE INOVA É UMA REVISTA CARIOCA
DE GESTÃO PÚBLICA QUE SAI QUATRO VEZES AO ANO.**

EQUIPE EDITORIAL

EDITORES

**Angela Meurer - IPLANRIO
Bruno Rossato - FJG
Luana Farnesi - SME
Luciane Caleia - CET-RIO
Luciano Cintra - SME
Marcio Martins - SMDU
Paula Camargo - SMCT
Saulo Albuquerque - SME**

REVISORES DE PORTUGUÊS

**Luciane Caleia
Luciano Cintra
Saulo Albuquerque**

REVISÃO FINAL

Alexandre Cherman - PLANETÁRIO

COLABORADORES

**Bruna Silva
Liana Carvalho**

PROJETO GRÁFICO

**Renata Ratto
Breno Lima**

DIAGRAMAÇÃO

Angela Meurer

FOTO CAPA

Prefeitura do Rio



T [21] 2976.3703 | 2976.1012
contato@fundacaojoaogoulart.com
fjg.prefeitura.rio

NÚMERO 27, VOLUME 1

MAR 2026

ISSN 2596-3236

**Os artigos podem ser adaptados para fins didáticos,
copiados e distribuídos desde que o autor seja citado
e que não se faça uso comercial da obra.**

**Os conceitos e opiniões expressos nos artigos,
bem como a exatidão e a procedência das citações e
links, são de exclusiva responsabilidade dos autores.**

CARTA DO EDITOR

Bem-vindo à 27ª edição da Revista Cidade iNova!

Nesta edição, dois projetos que mantêm o Rio de Janeiro na rota da sustentabilidade e da resiliência climática ocupam papel central: a inauguração do Solário Carioca, usina solar que oferece energia limpa para 150 escolas e economiza milhões de reais; e o Protocolo de Enfrentamento ao Calor Extremo, iniciativa premiada com o Local Leaders Awards da C40 Cities, que utiliza monitoramento técnico e níveis de alerta para proteger a saúde da população diante dos novos desafios climáticos.

O compromisso da Prefeitura do Rio com os mais vulneráveis e com a segurança pública também é destaque nesta edição, representado pelo Cartão Primeira Infância Carioca (PIC), que combate a insegurança alimentar de famílias com crianças de 0 a 4 anos, e pelo detalhamento da expansão da CIVITAS Rio, que agora conta com "supercâmeras" inteligentes e análise preditiva para fortalecer a segurança pública.

Nesse contexto, o Instituto Fundação João Goulart compartilha lições valiosas da unidade NudgeRio sobre o uso de insights comportamentais para orientar a população em momentos críticos, reforçando a importância de uma gestão baseada em evidências. O Instituto apresenta também os movimentos feitos para fortalecer e expandir as redes de liderança municipal. Por falar em liderança, a coluna "Eu, Líder" traz o relato inspirador da trajetória da Líder Carioca Rafaela Romero.

A cultura, o esporte e o lazer estão muito bem representados pelos textos sobre a democratização e o ordenamento do Carnaval da Intendente Magalhães e sobre o estudo do impacto do futebol na cidade realizado pelo GTT Futebol em Dados.

Você também encontrará uma crônica sensível sobre o poder transformador da adoção de animais e uma reflexão atual sobre o uso do Instagram como ferramenta de posicionamento profissional para servidores. A coluna "Tesouros do Rio" mostra como a gamificação e o livro-jogo "Rio 1710" aproximam os cariocas de seu patrimônio histórico, e a coluna "CalmaRio" recomenda um refúgio de silêncio preservado em nossa cidade.

Por fim, você começa a leitura da primeira edição do ano com uma reflexão sobre como as entregas da gestão pública alcançam relevância e reconhecimento.

Boa leitura!

Equipe Cidade iNova



FALA, PRESIDENTA

RAFAELA BASTOS

Presidente do Instituto Fundação João Goulart, Gestora Pública, Geógrafa, especialista em Gerenciamento de Projetos, Branding e Economia Comportamental, ex-Passista e Musa Passista da Estação Primeira de Mangueira.

Agir localmente, pensar globalmente.

A primeira edição do ano da Revista Cidade iNova é sempre um momento de reflexão sobre os próximos meses que seguem. Estas reflexões, é claro, abrangem expectativas que podem se transformar em metas, projetos e impactar políticas públicas.

Desde 2025, o Instituto Fundação João Goulart – FJG tem buscado diálogos internacionais a fim de mensurar os impactos das iniciativas públicas. Entender o quão ideias, projetos, metodologias e ferramentas são qualificadas em contexto global.

No último ano, a Política Antirracista na Gestão de Pessoas foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas – ONU e incorporada no Relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos em outubro de 2025. Um marco para o Instituto que, pela primeira vez, tem reconhecimento e é cancelado por uma iniciativa referencial de boa prática internacional.

O ano de 2026 não começou diferente; algumas iniciativas do FJG foram apresentadas à Mariana Mazzucato, uma das economistas mais influentes do mundo, professora de Economia da Inovação e Valor Público no University College London, onde é diretora fundadora do Instituto de Inovação e Propósito Público da UCL. Uma das propostas da economista é promover diálogos com o FJG, entender possibilidades de iniciativas sem transferência de recursos, as quais reflitam sobre as capacidades do setor público, principalmente considerando que governos locais, em todo o mundo, enfrentam pressões crescentes para lidar com desafios urbanos complexos. Cabe destacar ainda, o fato de que essa abordagem abrangente e baseada em dados pode identificar os pontos fortes e as áreas que precisam ser fortalecidas pelas capacidades dinâmicas das administrações municipais. Para Mazzucato, sem essa visão, os municípios correm o risco de subutilizar seu potencial e de não atender às necessidades dos moradores de forma eficaz. Quando as capacidades em nível municipal perma-

necem opacas, os governos nacionais e as entidades financeiras muitas vezes evitam assumir a responsabilidade de fornecer o apoio necessário.

Nas perspectivas de 2026, o Instituto Fundação João Goulart, também tem aberto diálogo com as Nações Unidas ampliando considerações sobre desenvolvimento de lideranças e transversalidade. Identificamos uma forte convergência entre projetos e os investimentos do FJG na gestão pública municipal, principalmente através de colaboração, parceria e programas de desenvolvimento.

Mas qual o valor das oportunidades que citamos? Sempre falamos em gerar valor público e a reputação internacional é um modelo de reconhecimento que influencia nesta percepção de valor. Sem vira-latismo, pelo contrário, potencializando aquilo que percebemos como relevante localmente e colocar no mundo para ver o impacto global.

"Toda vista é a vista de um ponto", como disse uma vez Leonardo Boff e para sabermos como somos percebidos precisamos saber como somos observados por diferentes perspectivas. Não é sobre juízo de valor, se bom ou ruim, mas é sobre como chegar ao próximo aquilo que produzimos como execução de estratégias públicas.

É impacto, é inovador, é tendência? Só sabe quem coloca no mundo.



O RIO E O IPP CONQUISTAM O OSCAR DA SUSTENTABILIDADE

CARBON DISCLOSURE PROJECT



Instituto
Pereira Passos



SUMÁRIO

FALA, FUNDAÇÃO

- 10 **QUANDO O NUDGE CHAMA ATENÇÃO
ATÉ DEMAIS**
Marcela Lima e Pedro Arias
- 14 **"INSTAGRAM É O NOVO LINKEDIN?"**
Bruna Silva
- 16 **LIDERANÇA EM REDE**
Bárbara do Nascimento
- 22 **EU, LÍDER**
Rafaela Romero
- 24 **GTT FUTEBOL EM DADOS**

BORA NESSA

- 72 **TESOUROS DO RIO**
- 74 **CALMARIO**
- 76 **#FICAADICA**
- 78 **RIO DE SEMPRE**

COLUNAS

**68 O CARNAVAL DA INTENDENTE
MAGALHÃES**

Luiz Galo Monsore

70 COM AMOR DEFINIDO

Jana Libman

ARTIGOS

**26 MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO
DA CAPACIDADE OPERACIONAL
DA CIVITAS**

Larissa Gama, Manoela
Bastos e Isabel Forero

36 SOLÁRIO CARIOCA

Pedro Rolim e Bruna
Macciantelli

**46 CARTÃO PRIMEIRA INFÂNCIA
CARIOCA**

Martha Rocha

**56 PROTOCOLO DE CALOR DA
CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

Ana Carla Prado

FALA, FUNDAÇÃO JOÃO GOULART

MARCELA LIMA

Economista pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Gestora Pública na Prefeitura do Rio de Janeiro desde 2023, e atualmente Assessora na NudgeRio e na Coordenadoria de Dados e Comportamento do Instituto Fundação João Goulart, da Secretaria Municipal da Casa Civil.

PEDRO ARIAS

Geógrafo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestre em Administração Pública pela Columbia University e atualmente Coordenador de Dados e Comportamento do Instituto Fundação João Goulart, da Secretaria Municipal da Casa Civil.

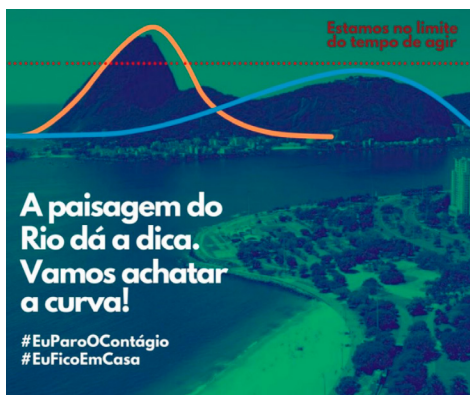
QUANDO O NUDGE CHAMA ATENÇÃO ATÉ DEMAIS

A pandemia de COVID-19 impôs um desafio sem precedentes à gestão pública: como orientar milhões de pessoas, em meio ao medo, à incerteza e à sobrecarga de informações, a mudar comportamentos cotidianos de forma rápida e coletiva? Foi nesse contexto que a NudgeRio atuou durante a crise sanitária, testando abordagens inovadoras para incentivar o distanciamento social e reduzir riscos à saúde pública.

A equipe conduziu dois projetos emblemáticos naquele período. Um superou as expectativas e outro expôs os limites das intervenções comportamentais em contextos complexos. A campanha “Vamos achatar a curva” usou mensagens simples e simbólicas para incentivar as pessoas a ficarem em casa. Já o uso de drones com mensagens sonoras revelou como curiosidade, atenção e normas sociais podem gerar efeitos contrários ao esperado.

A PAISAGEM DO RIO DÁ A DICA. VAMOS ACHATAR A CURVA

Quando a tomada de decisão da população passou a ser impactada por incertezas, sobrecarga de informações e fatores emocionais, a NudgeRio buscou contribuir com as ações da Prefeitura. Diante desse cenário, a unidade ajudou a produzir mensagens para incentivar as pessoas a ficar em casa, incluindo uma fotografia do Pão de Açúcar acompanhada do texto: “A paisagem do Rio dá a dica. Vamos achatar a curva.”



A metodologia utilizada baseou-se na teoria dos nudges, com intervenções de baixo custo e alto alcance, como o redesenho de mensagens, uso de imagens, áudios, mídias digitais e testes de diferentes formatos de comunicação, adaptados a públicos e contextos específicos.

O resultado foi expressivo: a mensagem teve ampla repercussão, viralizando na internet, circulando em grupos de WhatsApp e alcançando veículos de imprensa, inclusive sites de jornais internacionais.

DRONE COM MENSAGENS PARA EVITAR AGLOMERAÇÕES: QUANDO O NUDGE SAI PELA CULATRA

Nesta outra iniciativa da NudgeRio, a proposta era reduzir aglomerações de cidadãos em pontos específicos, como comunidades vulneráveis e as praias, informando via drone, para seguirem as regras de prevenção à saúdedeterminadas pela Prefeitura do Rio para a COVID-19.

Apesar das recomendações oficiais para evitar aglomerações e sair de casa apenas em casos essenciais, parte da população não pôde ou não quis alterar suas rotinas. Entre esses grupos estavam pessoas que praticavam atividades esportivas com poucos participantes, como surfistas e skatistas, e aquelas com vida comunitária ativa, como aposentados e pequenos comerciantes locais.

O desafio do projeto era comunicar que esses hábitos também configuravam aglomeração e precisariam ser suspensos para garantir o isolamento social. Para isso, a Prefeitura do Rio de Janeiro decidiu utilizar drones como estratégia de comunicação e convidou a NudgeRio para desenvolver as mensagens que seriam emitidas.

A abordagem consistia em chamar a atenção de cidadãos e informar, via alto-falantes instalados em drones, que aglomerar era um comportamento de infração às regras sociais de preven-

FALA, FUNDAÇÃO JOÃO GOULART



ção à COVID-19. O equipamento sobrevoava áreas que eram denunciadas no Disk-Aglomeração, por meio do 1746. Além disso, foi criado um canal de comunicação no Whatsapp e realizado o mapeamento de áreas por meio de redes sociais, câmeras do Centro de Operações Rio e, ainda, por agentes públicos da Guarda Municipal e Ordem Pública, os quais indicavam as áreas definidas como bastante movimentadas ou locais característicos para a prática dos esportes citados.

É importante destacar que a Nudge-Rio não teve ingerência sobre o uso do equipamento, sendo solicitada exclusivamente para a elaboração das mensagens. Nestes casos, em que a unidade não é responsável totalmente ou participa integralmente do desenvolvimento da abordagem, ou mesmo não são realizados testes experimentais, as iniciativas são definidas como Projetos de Insights Comportamentais, nos quais

o conhecimento prévio e bibliografias indicadas são a base para a elaboração de ações com orientação às ciências do comportamento.

Nesses projetos, é utilizada a metodologia própria chamada MIND (Meio-Impacto-NuDge). O Meio define o canal e quem comunica; o Impacto avalia o alcance e as barreiras da mensagem; e o NuDge estabelece os estímulos para a mudança de comportamento.

Meio (KEY RESOURCES): Drone – equipamento oficial da Prefeitura do Rio, operado por agente público uniformizado.

Impacto: Possibilidade de atuação rápida em locais com aglomeração, sem expor equipes da prefeitura, promovendo distanciamento imediato.

NuDge: Autoridade, norma social, disponibilidade de informação e atenção.

As mensagens variam conforme o público:

MENSAGEM COMUNIDADE:

"Atenção, a Prefeitura do Rio pede a todos que evitem aglomerações. Aglomerações facilitam a propagação do novo coronavírus. Por favor, respeite o distanciamento social e proteja a sua saúde e a dos outros".

MENSAGEM SURFISTAS:

"Atenção Surfistas. O isolamento social é uma determinação da Prefeitura do Rio, evitem práticas esportivas, o risco de transmissão por pessoa pode colocar em risco suas famílias. Por favor, respeite o isolamento social e proteja a sua saúde e a da sua família".

E foi aí que a boa intenção saiu pela culatra. Em áreas comunitárias, o projeto não teve resultado positivo, pois as pessoas passaram a se aglomerar justamente ao redor da novidade, que era o drone. Já entre surfistas, o resultado foi positivo e todos retornavam às suas residências e deixavam de praticar esportes. Mas, como as áreas comunitárias eram o principal foco do projeto, optou-se por não realizar mais a ação dos drones.

Nas Ciências Comportamentais, é comum os pesquisadores e práticos compartilharem o que deu certo e o que não deu certo nas iniciativas comportamentais. A NudgeRio documenta seus projetos e busca disseminar conhecimento sobre as chamadas "boas práticas", mas claro, quando uma iniciativa não gera os resultados esperados, isso também é registrado e divulgado, para que, com isso, a gestão pública continue a se desenvolver com base em evidências.



FALA, FUNDAÇÃO JOÃO GOULART

BRUNA SILVA

Assessora de Comunicação Estratégica no Instituto Fundação João Goulart. Formada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela UERJ. Técnica em Turismo e Hospedagem pelo CTUR/UFRRJ

“INSTAGRAM É O NOVO LINKEDIN?”

O jeito de usar o Instagram mudou e mudou muito rápido! O que antes era visto só como espaço de fotos e momentos pessoais virou também lugar de mostrar seu portfólio, vender produtos, oferecer serviços, dividir os bastidores da sua profissão... Muitas pessoas entenderam que estar nessa rede social também é uma forma de se posicionar profissionalmente, de dizer no que trabalha e o que sabe fazer.

A lógica é simples: se as pessoas não sabem o que você faz, elas não têm como lembrar de você quando surge uma oportunidade, uma parceria ou uma demanda. Pode parecer uma frase genérica, mas é verdade: quem não é visto não é lembrado.

E aí entra o assunto da nossa conversa.

Todo mundo conhece aquele servidor que resolve problemas, toca projetos difíceis, melhora o processo, e quase ninguém fora da própria equipe sabe. Isso acontece o tempo todo. O trabalho existe, o resultado aparece, mas a trajetória profissional da pessoa não fica registrada em lugar algum. E é nesse momento que o Instagram pode deixar de ser só lazer e passar a ser também um espaço de construção de presença profissional.

Não se trata de transformar o seu perfil em algo formal ou engessado, mas sim de usar esse espaço que já é seu para mostrar sua atuação como servidor, seu repertório, sua experiência, projetos que você ajudou a implementar, iniciativas que liderou, melhorias que construiu, aprendizados que acumulou.

Nesse sentido, o Instagram começa a cumprir um papel parecido com o LinkedIn. Não porque as plataformas sejam iguais, mas porque as pessoas estão ampliando o uso que fazem delas. O LinkedIn continua sendo mais formal, com uma linguagem mais curricular, em formatos mais próximos aos de artigos. Já o Instagram permite uma comunicação mais direta, mais visual e mais humana. Um não substitui o outro, eles se complementam!

Mas como fazer isso na prática?

Dá para começar contando sobre seus projetos, dizendo: Que desafio existia? Qual era o cenário antes? Que caminho foi construído? Qual foi sua participação? Que resultado apareceu? Que aprendizado ficou? Isso mostra capacidade de gestão, visão de processo e experiência real, muito além de um cargo escrito na sua bio.

Mostrar bastidores também ajuda. Mas calma não é para expor informações sensíveis, e sim para falar sobre a rotina, as decisões, os ajustes que precisaram ser feitos e sobre o trabalho em equipe. Isso aproxima as pessoas da realidade do serviço público e ajuda a mostrar a complexidade e a responsabilidade envolvidas.

Outro ponto importante é dar visibilidade a quem constrói junto. Citar equipes, áreas e parceiros, valorizar pessoas e reforçar que a gestão pública é trabalho coletivo. Além de justo, isso amplia conexões e fortalece redes profissionais.

E essas conexões importam!

Ao compartilhar sua atuação, você pode se aproximar de outros servidores que trabalham com temas parecidos, de áreas que você admira, de secretarias nas quais gostaria de atuar. A rede vira também espaço de networking, de troca de experiências e, muitas vezes, de caminhos para mudanças de função ou de setor no futuro.

No começo do ano, quando metas são revistas e planos ganham forma, vale olhar para o próprio perfil com atenção. Se alguém entrar ali hoje, consegue entender no que você trabalha, que tipo de projeto conduz, quais temas domina?

Se não, talvez seja hora de usar a rede de forma mais intencional. Post a post, projeto a projeto, sua trajetória vai ficando visível. E isso não é sobre aparecer por aparecer. É sobre dar valor ao próprio trabalho, mostrar o potencial do servidor público e deixar claro que por trás das estruturas existem profissionais preparados, que pensam, criam e transformam a administração pública todos os dias.

BÁRBARA DO NASCIMENTO

Servidora pública há 28 anos. A administradora e especialista em gestão, desenvolvimento de lideranças e políticas públicas. Coordena programas estratégicos voltados à formação e gestão de talentos na Prefeitura do Rio de Janeiro, com ênfase no fortalecimento da liderança feminina e na construção de redes de impacto no setor público.

Palestrante em temas como autoliderança, protagonismo feminino e desenvolvimento pessoal. Coautora da publicação Coletânea Carioca. Vencedora do Prêmio Nise da Silveira (2024), na categoria Serviço Público, por sua atuação na pauta de gênero.

LIDERANÇAS EM REDE: O MOVIMENTO DO FJG NO FORTALECIMENTO E EXPANSÃO DAS REDES DO PLC E PRLF

Diante de desafios públicos cada vez mais complexos e interdependentes, inovar na gestão pública tornou-se uma questão de conexão, entre pessoas, áreas e saberes. É justamente nesse movimento que as redes de liderança se afirmam como estruturas vivas de colaboração e construção coletiva que, quando estimuladas com intencionalidade, tornam-se ativos estratégicos capazes de ampliar o impac-

to de políticas públicas, acelerar soluções e fortalecer a transversalidade na administração pública.

No âmbito do Instituto Fundação João Goulart – FJG, essa compreensão vem se consolidando a partir de duas experiências centrais: a rede de Líderes Cariocas e a rede das alunas do Programa Rio Liderança Feminina.

Entre os principais ganhos apontados pelos integrantes dessas duas redes está a ampliação da rede de contatos com servidores de outros órgãos/entidades, o que favorece a troca de experiências, o apoio mútuo, a ampliação da articulação intersetorial e a construção de projetos e iniciativas de forma colaborativa.

Se essas conexões já existiam como consequência natural dos Programas, a partir de 2025, a Coordenadoria de Gestão de Lideranças, do FJG, passou a olhar de forma mais estruturada para o seu fortalecimento e expansão.

Um dos primeiros marcos desse movimento foi a realização de um projeto junto a estudantes da Fundação Getúlio Vargas, que teve como objetivo realizar um diagnóstico das redes do Programa Líderes Cariocas (PLC) e Programa Rio Liderança Feminina (PRLF) e propor estratégias para ampliar seu potencial e garantir sustentabilidade.

A proposta consistiu na análise de fluxos de interação e na proposição de ações capazes de promover articulação institucional e manter o engajamento dos integrantes dos programas no médio e longo prazo. Como resultado, foram formuladas recomendações estratégicas organizadas em três ondas sucessivas: Pertencimento (consolidação da identidade e visibilidade), Conexão (criação de pontes e rituais de relacionamento) e Sustentabilidade (protagonismo das próprias lideranças), a serem implementadas ao longo de 12 meses.

Esse movimento já partiu da premissa de que redes de liderança precisam de ritos, espaços de encontro, governança e estímulos institucionais consistentes. Nesse contexto, 2025 também foi o ano em que os Encontros das duas redes ganharam papel estratégico na agenda institucional do FJG.

FALA, FUNDAÇÃO JOÃO GOULART



Encontro da Rede da Liderança Feminina

O Encontro da Rede da Liderança Feminina, realizado em outubro, reuniu gestoras das três turmas do Programa para refletir sobre identidade e protagonismo, celebrar suas trajetórias e fortalecer conexões. O evento foi um marco de pertencimento, articulação e valorização do impacto transformador das experiências femininas na administração pública.

Já o Encontro da Rede da Liderança Carioca, realizado em dezembro de forma híbrida com transmissão para todo o Brasil, conectou Líderes Cario-

cas e lideranças federais para debater a transversalidade como competência essencial para a gestão pública. O encontro aproximou essas redes, ampliou a possibilidade de articulação interinstitucional e contribuiu para a disseminação de práticas inovadoras.

Mais do que eventos isolados, esses encontros representaram um movimento concreto de ativação dessas redes, renovação do propósito coletivo e ampliação das conexões entre essas lideranças.

Outro avanço importante foi a criação do site da Rede dos Líderes Cariocas, iniciativa que deu visibilidade a algo que sempre existiu, mas que ainda não havia sido mensurado.

Desde de 2012, o Programa Líderes Cariocas já desenvolveu mais de 500 lideranças públicas municipais que construíram conexões formais e informais entre si. Mas como quantificar essa articulação?

Para responder a essa e outras perguntas, a Coordenadoria de Dados e Comportamento do FJG, analisou dados de 241 atividades do PLC, realizadas entre 2014 e 2025, envolvendo 991 participações de 468 Líderes Cariocas diferentes, que resultaram em 1719 conexões diretas. O que antes era invisível, passou a ser tangível e estratégico.



Encontro da Rede da Liderança Carioca

Para os Líderes Cariocas, a plataforma permite que cada integrante visualize sua posição no grafo da rede, suas conexões diretas e indiretas, projetos de que participou, além de sua posição em duas métricas: centralidade, que indica o número de conexões diretas e intermediação, que revela o quanto o líder atua como ponte entre diferentes grupos.

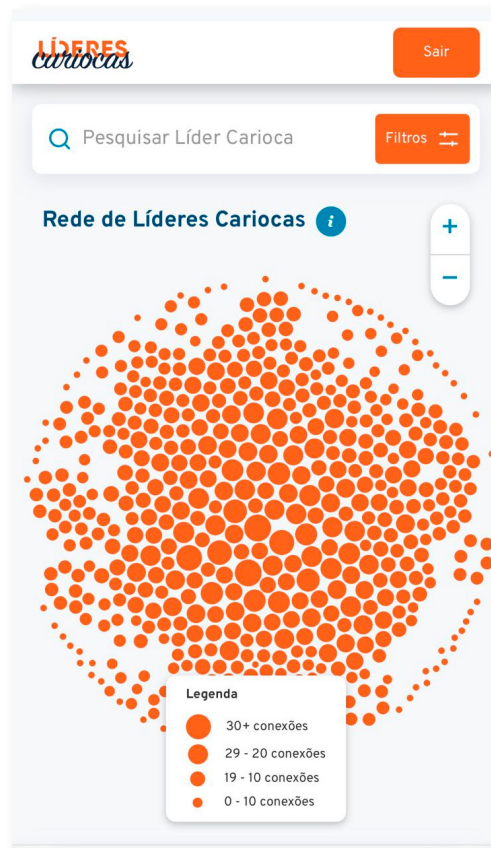
Já para a coordenação do Programa, a plataforma transforma a rede em inteligência gerencial, permitindo reconhecer integrantes mais ativos, identificar níveis de integração entre turmas, estimular novas participações e compreender quem são as lideranças mais conectadas

Dar visibilidade às redes é reconhecer trajetórias e transformar essas conexões em inteligência organizacional.

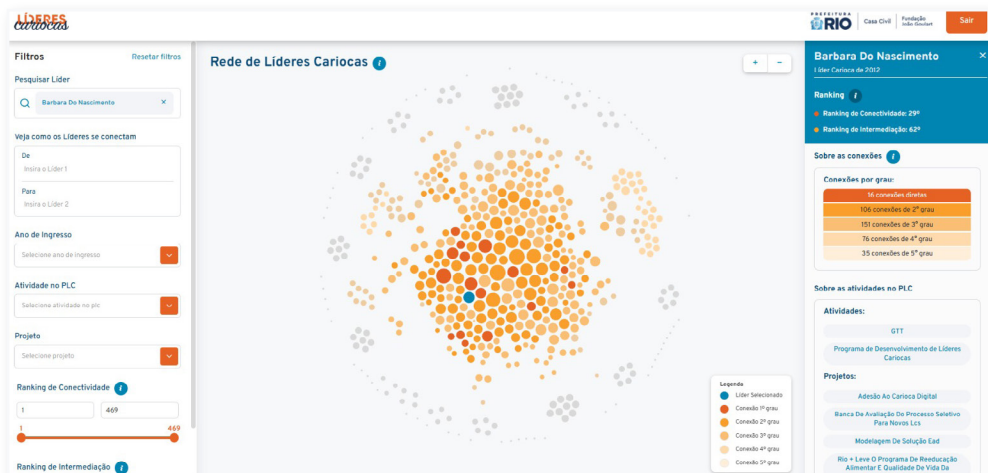
E o Instituto Fundação João Goulart não para por aí. O próximo passo é estruturar um plano de fomento às redes do PLC e PRLF, integrando governança, comunicação e ações permanentes de troca, com o objetivo de fortalecer uma cultura de colaboração transversal na Prefeitura.

O objetivo é claro: transformar conexões em impacto profissional para as lideranças e em capacidade institucional para a administração pública municipal.

Porque liderar na gestão pública é reconhecer que os grandes desafios da cidade exigem capacidade coletiva. E as redes do Programa Líderes Cariocas e Programa Rio Liderança Feminina mostram que, quando pessoas se conectam com propósito, a cidade ganha uma gestão em inteligência, integração e capacidade de resposta.



Site da Rede de Líderes Cariocas

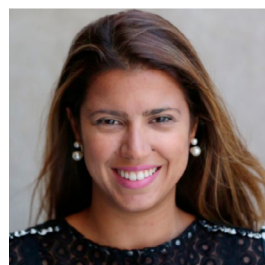


EU, LÍDER

EM PLENA ERA DIGITAL, A TRANSFORMAÇÃO CONTINUA COMEÇANDO PELAS PESSOAS

RAFAELA ROMERO

Arquiteta e urbanista, com mestrado em Administração Pública pela Columbia University e em Engenharia de Transportes pela COPPE/UFRJ. Possui experiência em grandes eventos, articulação de parcerias e transformação de dados em ações. Atualmente ocupa o cargo de assessora no Gabinete da Secretaria de Conservação e Serviços Públicos.



Quando ingressei na Prefeitura como arquiteta e urbanista, imaginei que estava escolhendo um caminho técnico, estável e previsível. A verdade é que, naquele momento, um sonho antigo parecia ter ficado para trás: estudar em outro país e viver experiências profissionais diversas. O serviço público me parecia um percurso sólido — porém delimitado. Mas, como diz o meme, “sabe de nada, inocente”.

O ponto de virada veio logo no início da minha trajetória, quando entrei no Programa Líderes Cariocas, em 2012. Eu mal estava começando na admi-

nistração pública e já descobria uma rede vibrante de servidores inquietos, generosos e profundamente comprometidos em fazer mais e melhor pela cidade. Mais do que um curso de alto nível na COPPEAD, o Programa me revelou algo essencial: o serviço público não limita trajetórias — ele amplia horizontes e cria propósito.

Foi nesse ambiente, mantendo-me em constante movimento e criando conexões, que tive contato com um leque de oportunidades diversas de desenvolvimento. Conquistei uma bolsa oferecida pela Universidade de Columbia,

em Nova Iorque — uma Ivy League. Lá vivi uma experiência transformadora, profissional e pessoal. Continuei expandindo horizontes ao ser selecionada também para treinamentos na Alemanha e na Coreia do Sul — e tive a honra de indicar colegas para viverem essas experiências quando retornei.

Curiosamente, estudar no exterior fortaleceu ainda mais meu orgulho pelo Brasil e pelo Rio. Entre tantas qualidades da “coisa nossa”, algo me chamou atenção: a qualidade técnica, a criatividade e a resiliência dos nossos profissionais na gestão pública. Compreendi que excelência não é exclusividade de nenhum país — ela nasce do compromisso e da cultura das pessoas.

Ao longo da carreira, venho transitando por diferentes pastas: Ordem Pública, Engenharia de Tráfego, Fazenda e Planejamento, Conservação e Serviços Públicos. Vivi a experiência operacional da rua — inclusive em dias de chuva, carnavais e réveillons — acompanhando equipes, registrando informações e ajustando planos em tempo real. Também atuei na dimensão técnica e administrativa — processos que migraram do físico ao digital, normas de compras públicas, recursos humanos, orçamento, fluxos, articulação e planejamento estratégico. E entendi, na prática, como nosso trabalho dialoga com a esfera política e institucional. Também palestrei em seminários e con-

duzi workshops para profissionais da Procuradoria Geral do Município. O que pode parecer desafio, para mim sempre foi estímulo. Essa trajetória transversal consolidou algo essencial em mim: confiança construída pela experiência concreta.

Nesse caminho, guardei uma lição valiosa do acompanhamento de coaching no PLC: focar nas nossas forças potencializa o crescimento muito mais do que tentar corrigir fragilidades. Esse aprendizado aprofundou meu processo de autoconhecimento e influenciou minha atuação como um todo. Como mentora de outras líderes cariocas, reforcei especialmente o compromisso de apoiar mulheres que constroem suas trajetórias na gestão pública — e procuro levar essa mesma postura às equipes por onde passo. Crescemos mais — e melhor — quando caminhamos juntas e juntos.

Hoje, entendo que liderar é conectar pessoas em torno de um propósito comum — integrando saberes, experiências e contextos diversos. É integrar a rua e a estratégia, dados e decisões, técnica e sensibilidade. Crescer, para mim, é responsabilidade pública. Curiosidade é ferramenta de gestão. E desenvolvimento individual só faz sentido quando se transforma em impacto coletivo.

No fim, toda transformação só acontece quando há pessoas que acreditam nela.

GTT

FUTEBOL EM DADOS

INTEGRANTES DO GTT

Ana Carla Badaró Moreira Prado - COR
Anderson Lopes Barros - SMS
Bruno Costa Guimarães - SME
Carlus Augustus Jourand Correia - SME
Danielle de Almeida González Gil - SMTR
Jaqueline Costa da Silva - CVL
Luiz Gonçalves Cavalcante da Silva - CVL

O Grupo de Trabalho Transversal (GTT) Futebol em Dados foi executado em 2025, de Junho a Dezembro, tendo como Órgãos clientes o Instituto Fundação João Goulart (FJG), a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, representados por seus Titulares. A formação do Grupo tem como característica marcante a diversidade técnica e institucional dos Líderes Cariocas componentes, que possuem formações acadêmicas em Direito, Arquitetura, Geografia, História, Pedagogia, Psicologia e Ciências Sociais, e que ocupam distintas posições na Prefeitura do Rio: no Centro de Operações e Resiliência, na Secretaria Municipal da Casa Civil, na Secretaria Municipal de Educação, na Secretaria Municipal de Transporte e na Secretaria Municipal de Saúde.



O objetivo central do projeto foi realizar levantamento dos dados que, usualmente, não se apresentam de forma explícita nos debates sobre o futebol, abrangendo dimensões como gestão do trânsito, limpeza urbana, movimentação financeira associada aos eventos esportivos e ao legado cultural do esporte na cidade.

A metodologia utilizada considerou o levantamento de dados qualitativos e quantitativos, tanto de fontes externas quanto dos diferentes Órgãos da Prefeitura. O apoio institucional do FJG foi fundamental para o desenvolvimento do projeto, viabilizando a articulação formal com os Órgãos selecionados pelo Grupo, permitindo que o time de Líderes Cariocas realizasse encontros com as lideranças técnicas e obtivesse, diretamente, as informações necessárias para a construção do banco de dados para o projeto.

As conclusões foram estruturadas a partir de três eixos: econômico, sociocultural e operacional. No campo econômico, o GTT identificou o turismo e o mercado varejista como importantes vetores beneficiados pelo esporte. No aspecto sociocultural, o estudo evidenciou a significância simbólica do futebol na cidade, por meio do mapeamento de escolas com nomes diretamente ligados ao esporte e quantificando os dados de logradouros que apresentam a mesma ligação temática. Por fim, na dimensão operacional, o relatório destacou a competência da Prefeitura do Rio em mobilizar múltiplos Órgãos para assegurar o andamento dos jogos e do cotidiano da cidade nos dias de eventos.

Identificamos e comprovamos que se trata de uma operação complexa, feita de forma organizada e orgânica e, frequentemente, invisível ao público dos estádios e aos cidadãos, mas essencial para assegurar esta relação inseparável entre o futebol e a Cidade Maravilhosa.

ARTIGO

MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE OPERACIONAL DA CIVITAS

LARISSA GAMA MACHADO DA SILVA

Formada em Gestão Pública pela UFRJ e com pós-graduação em Gestão de Pessoas pela UFF. Atua como Analista de Políticas Públicas na CIVITAS.

COAUTORIA

MANOELA SEADE BASTOS

Gerente de Projetos na CIVITAS. Pós-graduada em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública pela UFMG e bacharel em Ciências Sociais pela UFF.

ISABEL CALERO FORERO

Analista de Políticas Públicas na CIVITAS. Bacharel em Relações Internacionais e mestre em Estudos Latino-Americanos pela Stanford University (EUA).



A expansão do parque tecnológico, aliada à integração de dados e ao uso de analíticos avançados, consolida o município como um ator estratégico no fortalecimento da segurança pública.

A cidade do Rio de Janeiro enfrenta desafios complexos e difusos no campo da segurança pública. Embora o poder público municipal ocupe posição central na zeladoria do espaço urbano e na provisão de serviços públicos, essa centralidade foi, até pouco tempo, pouco explorada no debate e na formulação de ações voltadas à segurança nas cidades.

Nesse contexto, vantagens comparativas do município - como a ampla capilaridade territorial e a maior proximidade com as dinâmicas comunitárias locais - passaram a ser progressivamente reconhecidas e incorporadas como elementos capazes de orientar e estruturar políticas públicas municipais nessa temática.

Considerando esses aspectos, a Prefeitura do Rio de Janeiro, orientada pela diretriz estratégica de aprimoramento de políticas públicas baseadas em dados e com o objetivo de qualificar a resposta municipal à criminalidade, estruturou um conjunto integrado de estratégias voltadas ao fortalecimento de sua atuação na agenda de segurança pública. Nesse contexto, insere-se a CIVITAS Rio (Central de Inteligência, Vigilância e Tecnologia em Apoio à Segurança Pública), criada em junho de 2024 com o propósito de promover inovação na gestão da segurança pública por meio da integração e análise de dados provenientes de múltiplas bases. A iniciativa busca transformar informações e dados, antes dispersos, em inteligência acionável, qualificando investigações, decisões estratégicas e a atuação do poder público com base em evidências e tecnologia.

Acompanhando o movimento global de inovação e uso de tecnologia para tornar as cidades mais seguras e inteligentes, a CIVITAS Rio busca, em especial, desenhar e implementar soluções específicas para ampliar a capacidade de resposta do poder público às ocorrências criminais, com especial foco em apoiar as forças de segurança pública e sistema de justiça criminal na elucidação de crimes. Após um ano de implementação e diante dos resultados alcançados, com apoio em mais de 4 mil casos demandados pelas autoridades de segurança pública, a CIVITAS Rio consolidou sua atuação como ferramenta estratégica de apoio à investigação criminal. Entre os principais demandantes, destaca-se a Delegacia de Homicídios da Capital

(DH), responsável por solicitar mais de 310 análises no âmbito de inquéritos relacionados a crimes contra a vida, evidenciando o papel da Central no apoio a investigações de maior gravidade e complexidade.

Com a alta demanda por ajuda das forças e o projeto sendo bem-sucedido, a Prefeitura do Rio de Janeiro expandiu a CIVITAS. O processo de expansão foi estruturado em três frentes principais:

- Incremento do parque tecnológico, com a ampliação e modernização dos equipamentos;
- Reforço dos recursos humanos especializados; e
- Ampliação de sua infraestrutura física.

Para viabilizar o processo de expansão, o orçamento da Central passou de R\$ 16 milhões para R\$ 180 milhões por ano, incluindo o aporte anual de R\$ 7 milhões destinado à reestruturação e manutenção do Disque-Denúncia.¹

CIVITAS: DA IMPLANTAÇÃO À EXPANSÃO

Desde a sua criação, a CIVITAS se apoiou na experiência consolidada do Centro de Operações e Resiliência (COR) em monitoramento urbano e no uso de tecnologia aplicada à gestão da cidade, aproveitando esse legado para estruturar um ambiente integrado de inteligência. Por meio de um sistema de informação próprio desenvolvido internamente, a CIVITAS Rio coleta, organiza e analisa dados de diferentes fontes, transformando-os em informação consumível para apoiar tanto a atuação das forças de segurança quanto a formulação de políticas públicas de segurança.

¹ Disque-Denúncia é um serviço de recebimento de denúncias anônimas sobre práticas criminosas, responsável por encaminhar as informações às autoridades competentes para investigação.

ARTIGO

Ao longo de 2025, a CIVITAS Rio aprofundou o aprimoramento de suas frentes de atuação, baseadas em três eixos, são eles:

(I) Cerco Eletrônico, sistema que utiliza o parque tecnológico da cidade para gerar histórico e padrões de circulação, vigiar deslocamentos de suspeitos investigados, rastrear veículos e gerar alertas em tempo real, integrando dados às forças de segurança para apoiar ações investigativas e operacionais;

(II) Rede de Vigilância Comunitária, que integra e analisa dados gerados pela população tais como denúncias do Disque-Denúncia e 1746, redes sociais e Fogo Cruzado, para identificar padrões, antecipar possíveis riscos e apoiar estratégias de segurança e ordem pública; e

(III) Controle, Segurança Urbana e Cidadania, que desenvolve e implementa estratégias municipais de prevenção à violência, como proteção de espaços públicos, uso de design ambiental e apoio a mulheres vítimas, para fortalecer a segurança urbana e a atuação territorial do município.

Dessa forma, buscou atuar em consonância com sua missão institucional de coordenar, de forma integrada e sistemática, a coleta, o tratamento, a consolidação e a análise de dados relacionados a padrões e dinâmicas criminais.

Após apoiar mais de 4 mil casos em seu primeiro ano de funcionamento e a geração de mais de 240 mil alertas de veículos registrados no Cerco Eletrônico, tornou-se evidente a necessidade de expansão da CIVITAS Rio, tanto no que se refere à incorporação de novas tecnologias voltadas à ampliação da capacidade de vigilância, apoio e análise da cidade, quanto ao fortalecimento da equipe técnica responsável por sua operacionalização.

O processo de expansão teve como objetivo assegurar maior escala, eficiência e capacidade de resposta às demandas crescentes da segurança pública no âmbito municipal. Nesse contexto, no início de 2026 foi inaugurada a nova sala da CIVITAS, com operação ininterrupta (24 horas por dia, 7 dias por semana) e ampliação significativa da equipe. O efetivo operacional, composto por agentes da Guarda Municipal responsáveis pelo cadastramento de veículos suspeitos e com atendimento 24 horas às demandas das forças de segurança, mais que triplicou, fortalecendo a capacidade de análise e resposta do sistema.

Paralelamente, a Coordenadoria de Tecnologia e Dados – núcleo responsável pelo desenvolvimento de estudos, soluções tecnológicas e novas funcionalidades da CIVITAS Rio – expandiu também sua equipe, reunindo profissionais de diferentes áreas do conhecimento, o que amplia perspectivas e torna a construção de soluções cada vez mais integradas e abrangentes. O time é responsável pelo aprimoramento e pela criação de novas funcionalidades do sistema de informações interno, o aplicativo Civitas, modelos analíticos, estudos de padrões criminais e soluções inovadoras que apoiam diretamente as forças de segurança e o sistema de Justiça.

No que se refere à infraestrutura tecnológica, a CIVITAS Rio, desde sua criação, utilizava o parque tecnológico já existente na cidade, composto por cerca de 10 mil equipamentos. Ao final de 2025, foi estruturada a expansão do parque tecnológico com foco em segurança pública, iniciou-se a incorporação das chamadas supercâmeras inteligentes, dispositivos equipados com recursos avançados de processamento e analíticos de inteligência artificial, capazes de identificar e classificar, em tempo real, pessoas, veículos e padrões de comportamento, além de gerar alertas automatizados. A previsão é que, até o fim de 2026, a Central conte com 6 mil supercâmeras próprias, com a meta de alcançar 15 mil superequipamentos até 2028, ampliando significativamente a cobertura territorial e a capacidade de vigilância e análise do município.



A ampliação do uso de recursos analíticos na CIVITAS Rio representa um avanço significativo na capacidade municipal de transformar grandes volumes de dados urbanos em informação estratégica para apoio à segurança pública e à gestão operacional. Por meio da agente virtual Íris e da aplicação de inteligência artificial, é possível o cruzamento automatizado de informações e a identificação de padrões, correlações e comportamentos suspeitos.

Entre suas capacidades específicas destacam-se a análise de imagens em tempo real e registros gravados, o reconhecimento de características visuais — como tipo e cor de veículos, direção de deslocamento e elementos de vestimenta —, a reconstrução de trajetórias, o rastreamento de deslocamentos associados a ocorrências e a identificação de recorrência espacial de eventos. Como diferencial tecnológico, a integração simultânea dessas fontes possibilita a geração de alertas es-

tratégicos e o apoio qualificado às análises investigativas e forenses, tornando a atuação mais ágil, precisa e orientada por evidências, além de fortalecer a coordenação entre órgãos públicos e ampliar a capacidade de prevenção e antecipação de riscos no território.

Como parte desse processo de expansão, destaca-se, ainda, o Programa Muralha Digital, que prevê a instalação de 56 pórticos equipados com tecnologia de reconhecimento óptico de caracteres (OCR) até 2028. Essas estruturas permitirão monitorar de forma automatizada a circulação de veículos suspeitos nas principais vias e acessos da cidade, contribuindo para a criação de um Cerco Eletrônico Inteligente capaz de vigiar entradas e saídas da cidade, ampliando a capacidade de rastreamento e prisão de suspeitos e reforçando a sensação de segurança da população.

A crescente complexidade das dinâmicas urbanas e a ampliação das ações integradas do poder público municipal exigem que iniciativas voltadas ao planejamento territorial, monitoramento urbano e coordenação operacional estejam alinhadas ao conjunto de normativos legais e regulatórios vigentes. Nesse sentido, a estruturação do presente projeto observa os marcos jurídicos que orientam a atuação do órgão, a proteção de dados pessoais e a cooperação institucional. A operacionalização desse modelo, contudo, implicou enfrentar desafios institucionais, tecnológicos e organizacionais próprios da implementação de uma infraestrutura municipal baseada em dados e integração intersetorial.

DESAFIOS INSTITUCIONAIS E OPERACIONAIS DA IMPLEMENTAÇÃO

A implementação e expansão da CIVITAS Rio ocorreram em um contexto marcado por desafios institucionais e operacionais inerentes à construção de uma infraestrutura municipal de

inteligência baseada em dados. Entre os principais obstáculos enfrentados destacaram-se a operacionalização do Cerco Digital e a integração de sistemas legados provenientes de diferentes órgãos públicos, frequentemente estruturados em padrões tecnológicos distintos e com níveis heterogêneos de qualidade e padronização das informações.

Um dos primeiros desafios enfrentados dizia respeito à identificação e ao acesso às bases de dados necessárias para a atuação da CIVITAS Rio. Para viabilizar o monitoramento de veículos de interesse e estruturar o Cerco Digital, era fundamental acessar dados confiáveis de leitura de placas veiculares, captados pelos radares da CET-Rio, Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro, no contexto da gestão da mobilidade urbana.

Um fator determinante para acelerar essa implantação foi a atuação prévia do Escritório de Dados, criado em 2021, e responsável pelo mapeamento, tratamento e integração de centenas de bases provenientes de diferentes órgãos municipais em um Data Lake unificado. Essa infraestrutura permitiu que a CIVITAS Rio passasse a acessar, de forma estruturada e em tempo real, os dados da CET-Rio, viabilizando o desenvolvimento do aplicativo Civitas e sua primeira grande funcionalidade, o Cerco Digital.

Diante da ampliação do uso das bases de trânsito para compor o cerco eletrônico voltado ao monitoramento de eventos de segurança, foi estruturado um processo permanente de qualificação dos dados. A nova finalidade exigiu a revisão dos fluxos de ingestão com foco em latência, integridade, sincronização e disponibilidade das informações, aspectos que não eram determinantes na lógica original de operação dos radares.

Foram implementados mecanismos de monitoramento contínuo dos fluxos e da consistência das bases, além de análises recorrentes para identificação de padrões operacionais e pontos de ajuste. O trabalho é conduzido em articulação técnica com a CET-Rio, responsável pela gestão e operação do sistema viário

municipal, e com as empresas responsáveis pelos equipamentos e sistemas de captura, com adequações nos parâmetros de transmissão, processamento e validação, assegurando alinhamento aos requisitos operacionais do cerco eletrônico.

Além dos desafios técnicos, houve também desafios de governança e legitimidade institucional, especialmente no que se refere à construção de confiança junto às delegacias e às forças de segurança. A consolidação dessa confiança foi resultado direto do aprimoramento contínuo das bases de dados e da crescente precisão das análises produzidas. À medida que a qualidade e a consistência das entregas se fortaleceram, observou-se aumento progressivo no volume de demandas encaminhadas à CIVITAS Rio. Entre junho e dezembro de 2024, foram registrados 877 ofícios, número que passou para 1.612 no mesmo período de 2025, representando crescimento aproximado de 84%. A tendência de expansão manteve-se em 2026: apenas em janeiro, o volume de ofícios atingiu 380, mais que o dobro do registrado em janeiro de 2025 (180), indicando consolidação da confiança institucional e ampliação da demanda pelos serviços da Central.

PROTEÇÃO DE DADOS E CONFORMIDADE COM A LGPD

No contexto da ampliação das capacidades tecnológicas e da integração de diferentes bases informacionais para apoio às operações de segurança, tornou-se necessário estabelecer diretrizes específicas para o tratamento e a governança dos dados utilizados.

A CIVITAS Rio atua em conformidade com os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD), adotando práticas voltadas à proteção e ao uso responsável das informações pessoais, bem como as disposições do Decreto Municipal nº 57.481/2026, que regulamenta o compartilhamento, o tratamento e a proteção de dados e imagens

ARTIGO

no âmbito da administração pública municipal. Além de todo o arcabouço legal, foi instituída uma estrutura permanente de governança de dados, composta por Comitê Interno de Proteção de Dados, responsável pela definição de diretrizes, avaliação de riscos, acompanhamento de conformidade e revisão contínua dos procedimentos operacionais.

O ambiente de tratamento de dados é sustentado por protocolos de segurança baseados em controle de acesso por perfis funcionais, registro e monitoramento de logs, rastreabilidade das consultas realizadas e segregação de ambientes tecnológicos. Adicionalmente, são realizados processos periódicos de auditoria, monitoramento de acessos e capacitação contínua dos operadores e usuários autorizados, assegurando que o uso das informações ocorra exclusivamente para finalidades públicas legítimas, observando os princípios de necessidade, minimização e responsabilidade no tratamento de dados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão da CIVITAS Rio ocorre em um cenário de crescente centralidade da segurança pública no debate nacional. A necessidade de maior integração entre os entes federativos focada na redução de crimes também torna-se urgente. Contudo, essa integração ainda enfrenta desafios relacionados à consolidação de uma agenda nacional estruturada que alinhe e oriente a atuação coordenada entre os diferentes entes. O artigo 144 da Constituição Federal de 1988 reforça o entendimento ao estabelecer que a segurança é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos.

Nesse cenário, o município assume um papel estratégico de apoio, fortalecendo a atuação estadual e federal. A CIVITAS Rio nasceu como resposta do município a essa questão, aproveitando a capacidade da ampla rede de dados disponível e a infraestrutura já existente de câmeras, somando a expertise dos profissionais à integração tecnológica e à inteligência analítica.

O êxito dessa estratégia se comprova na trajetória de modernização e expansão contínua da CIVITAS Rio, que reafirma o compromisso da gestão pública municipal com a segurança pública. Além do reconhecimento internacional, pelo 3º lugar no Seoul Smart City Prize 2025 – com o foco em reconhecer modelos de projetos, políticas e iniciativas inovadoras voltadas ao desenvolvimento de cidades inteligentes.

No atual cenário, o órgão consolida-se como uma das centrais municipais de inteligência mais modernas do país, tornando-se referência em segurança orientada por dados integrados e análises avançadas, em apoio às forças de segurança e ao sistema de justiça.

Entre os próximos passos estratégicos, destacam-se a ampliação da interoperabilidade com outros municípios da Região Metropolitana, possibilitando o compartilhamento seguro de informações e o monitoramento integrado de dinâmicas urbanas que ultrapassam limites administrativos. Paralelamente, encontram-se em desenvolvimento novas funcionalidades analíticas voltadas à previsão de padrões territoriais de risco.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

RIO DE JANEIRO (Estado). Disque-Denúncia. Disponível em: <https://www.rj.gov.br/servico/fazer-denuncia-disque-denuncia120>. Acesso em: 04 mar. 2026.

ARTIGO

SOLÁRIO CARIOCA

UM EXEMPLO DE INOVAÇÃO NO SERVIÇO PÚBLICO

PEDRO RODRIGO ROLIM

Arquiteto e urbanista, Pedro desenvolveu inúmeras obras de urbanização no Rio de Janeiro, Bahia e Paraíba. Na Prefeitura do Rio de Janeiro desde 2008, foi Coordenador de Programas de Interesse Social e trabalha atualmente no Escritório de Planejamento, como Gerente de Novos Modelos em Sustentabilidade e Resiliência.

COAUTORIA

BRUNA MACCIANTELLI

Arquiteta e Urbanista na Prefeitura do Rio de Janeiro, atuando na Coordenadoria de Estratégias de Planejamento. Desenvolve iniciativas voltadas à adaptação urbana e à sustentabilidade, articulando diferentes áreas para construir soluções integradas



Foto: Fabio Motta/ Prefeitura do Rio

No dia 2 de novembro de 2025, como parte dos eventos relacionados ao C40 World Mayors Summit 2025 e ao Fórum de Líderes Locais da COP30, foi inaugurada a Usina Solar do Aterro Sanitário de Santa Cruz, projeto piloto do Programa Solário Carioca.

ARTIGO

Localizada em um aterro sanitário desativado em Santa Cruz, a instalação da usina solar transforma um espaço urbano subutilizado em um polo de produção de energia limpa. A usina tem potência de 5 Megawatts (MWp), gerados a partir de mais de 8.900 painéis solares. A iniciativa fornece eletricidade para 150 escolas da Rede Municipal, localizadas na 10ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE). Espera-se que essa transição para energias renováveis gere uma economia anual de, pelo menos, R\$ 2.500.000,00 por ano para a cidade.

Essa economia é obtida a partir da contraprestação com o desconto de 20% estabelecido na licitação, em comparação com o valor que seria pago à Concessionária Light.

Desenvolvida por meio de uma Parceria Público-Privada, a iniciativa recebeu um investimento de aproximadamente R\$ 45 milhões do consórcio privado vencedor da licitação – o Consórcio Rio Solar, não gerando custos financeiros para a Prefeitura. O contrato estabelece concessão de 25 anos para a implantação, operação e manutenção da usina, permitindo que o município mantenha o controle sobre a distribuição de energia, ao mesmo tempo que melhora a saúde e a qualidade de vida dos moradores do Rio.

BREVE HISTÓRICO

Esse projeto foi coordenado pelo Escritório de Planejamento, da Subsecretaria de Planejamento e Acompanhamento de Resultados, da Secretaria Municipal da Casa Civil (CVL/SUBPAR/EPL) e, posteriormente, pela Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos (CCPAR), a partir da elaboração dos documentos para a licitação e revisão do modelo financeiro. A CCPAR teve ainda uma atuação decisiva para o sucesso do empreendimento em sua atuação junto à concessionária para obtenção das aprovações necessárias.

O projeto e a modelagem financeira foram elaborados a partir de uma aplicação do Escritório de Planejamento ao Programa Cities Finance Facility (CFF), iniciativa conjunta da Rede C40 de Cidades pela Liderança Climática e da GIZ. O programa conecta cidades na África, Ásia e América Latina a conhecimento técnico e financiamento para projetos de infraestrutura sustentável, auxiliando-as a transformar planos de ação climática em projetos concretos e prontos para receber financiamento. A construção da proposta teve também a participação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima (SMAC) e da Companhia Municipal de Limpeza Urbana (COMLURB).

Durante o processo de aplicação, que contou com visitas técnicas ao aterro sanitário de Gericinó (local original de implantação do projeto piloto), foi realizado um Grupo Transversal de Trabalho (GTT) composto por servidores integrantes do Programa Líderes Cariocas, do Instituto Fundação João Goulart, de diferentes Órgãos e com experiências variadas.

O Grupo forneceu insumos importantes para o projeto, desde o levantamento de dados relativos ao consumo energético da Prefeitura até possibilidades de implantação de futuras usinas.

Com a evolução dos estudos, o local de implantação do projeto piloto foi posteriormente transferido para o aterro sanitário de Santa Cruz, apresentando-se como a melhor opção por já ter sua situação fundiária completamente regularizada.

Ao fim, a Cidade do Rio de Janeiro foi selecionada juntamente com a Cidade de Curitiba, que também apostava em projetos de usinas solares, sendo contempladas com a contratação de consultoria técnica especializada, para desenvolvimento do projeto.

INOVAÇÕES

Do início da aplicação ao apoio técnico, a iniciativa mostrou-se inovadora por várias razões.

A primeira, e talvez mais importante, foi a necessidade da Prefeitura repensar seu papel frente ao tema.

A energia elétrica não é primariamente um assunto municipal, mas sim uma atribuição exclusiva da União, a quem compete legislar sobre o tema, gerir, regular e fiscalizar os serviços de geração, transmissão e distribuição de energia, exercidos principalmente através da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Aos municípios resta a participação na gestão local, especialmente na iluminação pública, além da fiscalização da qualidade do serviço junto às concessionárias.

Ao mesmo tempo, a elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática da Cidade do Rio de Janeiro (PDS), que se trata de um esforço de várias secretarias colegiadas no Comitê de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável, e a elaboração dos Inventários de Emissão de Gases de Efeito Estufa pelo Instituto Pereira Passos (IPP), evidenciaram a necessidade de atuação do Poder Público Municipal no setor de energia.

O PDS traz a estratégia "Prefeitura neutra em carbono", atribuindo à Prefeitura a responsabilidade de adotar uma postura de liderança pelo exemplo, com o objetivo de promover práticas sustentáveis na gestão de água e energia em todas as edificações municipais e serviços oferecidos pelo Município, garantindo que a Prefeitura seja Carbono Neutra até 2050.

Coube então à Prefeitura, com suas mais de 2.000 edificações, assumir seu papel de grande consumidor, a partir de agora, de energia renovável. Seu grande porte, dado o tamanho do seu parque de edificações, a posiciona como um importante player no mercado de energia renovável, trazendo investimentos importantes e gerando empregos verdes.

Entretanto, a maior inovação se deu na forma em que o projeto foi desenhado. Juntamente com Curitiba, que também ha-



Foto: Fabio Motta/ Prefeitura do Rio

ARTIGO

via participado do Programa CFF com sua Pirâmide Solar no Caximba, foram inauguradas as primeiras usinas solares de grande porte pertencentes a uma instância municipal, ambas construídas sobre aterros sanitários desativados. Transformar aquilo que era um passivo ambiental em uma usina solar trouxe consigo desafios técnicos e legais.

Considerando as particularidades do solo em que estava sendo assentada a usina, com áreas de pouco recobrimento do aterro sanitário, foi preciso estudar e testar novas formas de estrutura que não haviam ainda sido implantadas no Brasil.

No caso do Solário Carioca, a consultoria contratada desenvolveu estruturas em baldrame que permitiram a implantação dos painéis sem que o solo fosse perfurado, especificando materiais com elevada resistência à oxidação, considerando uma eventual influência dos gases do aterro nas estruturas metálicas.

Esse espírito de inovação esteve presente em todas as equipes, nos consultores e servidores que participaram dos esforços, o que foi refletido nos diversos produtos que foram desenvolvidos no âmbito do programa.

ENTREGAS E CAPACITAÇÕES

O Relatório de Assessoria Institucional e Legal desvendou os caminhos jurídicos possíveis para a implantação de usinas de variados portes e diversos modelos de negócios.

O próprio estabelecimento de uma governança relacionada ao tema, que não havia ainda sido considerada, foi estudada com foco na continuidade e ampliação do Programa Solário Carioca, conforme preconizado no PDS.

Outro importante produto entregue, o Relatório de Análise de Gênero trouxe a necessidade de tratar o tema gênero no se-

tor de energia, transformando o Programa Solário Carioca em veículo de sensibilização para a mudança de um contexto de barreiras e limitações. Além desses, os Estudos Ambientais e de Impactos Sociais, tiveram suas reflexões absorvidas pelos termos de referência para licitação e foram efetivamente incorporadas ao funcionamento da usina.

No âmbito das entregas houve ainda uma grande capacitação de cerca de 50 servidores da Prefeitura, envolvendo diversos Órgãos, em temas que foram de fundamentos em energia solar até dimensionamento e comissionamento de sistemas fotovoltaicos e capacitação legal e financeira.

Por fim, o projeto piloto previu ainda a construção de auditório junto ao acesso da usina solar, permitindo a promoção de visitas futuras e apresentações do projeto implantado, bem como de suas características técnicas relacionadas a energias renováveis. Com isso, possibilitamos a disseminação do conhecimento junto a grupos de interesse, pesquisadores e comunidade escolar local, contemplada pelo fornecimento da energia limpa, gerando um ciclo positivo de engajamento e capacitação de multiplicadores.

Para os próximos anos, o Plano Estratégico 2025 – 2028: Rio Legado e Futuro prevê a expansão do programa Solário Carioca, através da implantação de sistema de geração de energia fotovoltaica de, no mínimo, 20MWp até 2028.

A implementação do Solário Carioca é um forte exemplo da importância das parcerias internas e externas para a concepção e viabilização de um projeto de grande porte e impacto relevante. Desde o seu desenho até a execução, a iniciativa evidencia o potencial do corpo técnico da Prefeitura do Rio na proposição de soluções técnicas inovadoras, ao liderar uma entrega robusta e transformadora para a cidade.

ARTIGO

CARTÃO PRIMEIRA INFÂNCIA CARIOCA

COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO
À INSEGURANÇA ALIMENTAR E
À VULNERABILIDADE SOCIAL NO
MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

MARTHA MESQUITA DA ROCHA

Formada em Direito pela UFRJ, pós graduada na área de Direitos Humanos, Direito Penal e Processo Penal, e Administração Pública, Secretária Municipal de Assistência Social da Cidade do Rio de Janeiro e Deputada Estadual licenciada, exercendo seu terceiro mandato na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

COAUTORIA

Equipes da Subsecretaria de Proteção Social Básica e Subsecretaria Executiva da Secretaria Municipal de Assistência Social.



Foto: Pedro Kirilos/ Riotur

O município do Rio de Janeiro, apesar de concentrar importantes polos econômicos, culturais e turísticos, apresenta profundas desigualdades socioeconômicas que impactam diretamente as condições de vida de parcela expressiva de sua população. Essas desigualdades resultam de um processo histórico de urbanização excludente, marcado pela concentração de renda, segregação territorial e fragilidade de políticas públicas estruturantes, capazes de enfrentar as múltiplas expressões da questão social.

Nos últimos anos, esse cenário foi intensificado pelas crises econômicas e pelos efeitos da pandemia de COVID-19, evidenciando o crescimento da pobreza e da insegurança alimentar. As famílias em vulnerabilidade social, especialmente aquelas com crianças pequenas, foram desproporcionalmente afetadas, tendo seus direitos fundamentais comprometidos pela dificuldade de acesso regular e adequado à alimentação.

A primeira infância demanda atenção especial das políticas públicas. Essa fase do ciclo de vida é reconhecida como decisiva para o desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social do indivíduo. As privações vividas nesse período podem gerar impactos irreversíveis ao longo de toda a vida, especialmente quando associadas a múltiplas vulnerabilidades, como baixa renda, precariedade habitacional, falta de acesso a serviços essenciais e rompimento de vínculos familiares e comunitários.

Nesse contexto, a Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro assume papel estratégico ao implementar políticas de proteção social e transferência de renda, com destaque para o Cartão Primeira Infância Carioca. A iniciativa é voltada a famílias com crianças de 0 a 4 anos em situação de pobreza ainda não contempladas por programas federais, reafirmando a prioridade absoluta da infância, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Dessa forma, este artigo objetiva sistematizar a relevância social do Cartão Primeira Infância Carioca como resposta ao agravamento da insegurança alimentar e das vulnerabilidades sociais no município, destacando o papel da Assistência Social na garantia de direitos e no enfrentamento das desigualdades.

1. VULNERABILIDADE SOCIAL NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E SEUS IMPACTOS NA INFÂNCIA.

A vulnerabilidade social no Rio de Janeiro possui caráter estrutural, resultante de fatores como concentração de renda, racismo estrutural, ausência de políticas públicas contínuas e segregação socioespacial. O contexto pós-pandêmico intensificou essas fragilidades, ampliando o desemprego, o trabalho

informal e a insegurança alimentar, especialmente em favelas e periferias. Entre os grupos mais afetados destacam-se as famílias com crianças na Primeira Infância, que enfrentam demandas ampliadas relacionadas aos cuidados, à saúde e à alimentação.

A vulnerabilidade na primeira infância está diretamente relacionada às condições de vida das famílias, como renda, moradia, alimentação e acesso a serviços públicos. Crianças expostas à pobreza e à insegurança alimentar – uma das expressões mais graves da desigualdade urbana, enfrentam riscos significativos ao seu desenvolvimento integral, especialmente por se tratar de um período decisivo da vida.

Além disso, a elevação do custo de vida urbano – com destaque para o aumento dos preços dos alimentos, do transporte e da habitação – sobrecarrega os orçamentos familiares, especialmente das famílias monoparentais e com crianças pequenas. O acesso à alimentação adequada e saudável torna-se um privilégio de poucos, reforçando a lógica excludente das cidades desiguais.

Nesse sentido, a atuação do Estado por meio de políticas públicas integradas, focalizadas, contínuas e efetivas é fundamental para romper ciclos de pobreza e garantir o direito ao desenvolvimento integral, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

2. O CARTÃO PRIMEIRA INFÂNCIA CARIOCA (PIC) NO ÂMBITO DO PROGRAMA PEQUENOS CARIOCAS

Reconhecer a Primeira Infância como prioridade absoluta, conforme previsto no ECA, é condição indispensável para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e com maior igualdade de oportunidades.

Sob essa ótica é criado o Programa Pequenos Cariocas através do Decreto Rio nº 56.930 de 10 de outubro de 2025, com a finalidade de promover, em âmbito municipal, o desenvolvimento integral e a proteção das crianças, desde a gestação até os 06 (seis) anos de idade, através da coordenação

intersetorial integrada das ações voltadas à primeira infância, notadamente nas áreas de saúde, educação e assistência social, permitindo que cada gestante e cada criança do programa sejam monitoradas, acolhidas e atendidas de forma tempestiva e coordenada.

Dentro desse contexto, por decisão do Chefe do Executivo e como resposta concreta ao agravamento da insegurança alimentar no município, houve a criação do Cartão Primeira Infância Carioca, vinculado ao Programa Pequenos Cariocas, com objetivo de reduzir os níveis de insegurança alimentar de famílias em situação de vulnerabilidade social. O referido cartão está previsto no Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro para o quadriênio 2025–2028, e integrou a Meta de Acordo de Resultados da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) para o ano de 2025, referente à Licitação de Empresa para distribuição dos cartões para as famílias selecionadas, que foi integralmente cumprida.

A seleção das famílias é realizada de forma automática a partir dos dados do Cadastro Único (CadÚnico), cuja base é atualizada de forma trimestral, o que garante maior eficiência administrativa e precisão na focalização do público-alvo, com base nos seguintes parâmetros: Famílias residentes no Município do Rio de Janeiro; Famílias em situação de pobreza, caracterizadas pela renda familiar mensal per capita de até R\$ 218,00 (duzentos e dezoito reais), conforme a legislação do Programa Bolsa Família (Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023); Famílias com crianças entre 0 (zero) e (quatro) anos, na data da extração da base do Cadastro Único; Responsável familiar, crianças e demais membros com estado cadastral “cadastrado”; Família com condição cadastral “atualizada”: cadastro atualizado nos últimos 24 (vinte e quatro) meses; Família não constar na folha de pagamento do Programa Bolsa Família nos últimos 12 (doze) meses; e Responsável Familiar com CPF registrado na base do Cadastro Único.

Essa delimitação do perfil das famílias objetivou atingir um segmento populacional em situação de pobreza e vulnerabi-

lidade social ainda não contemplado pela iniciativa oficial de transferência de renda do Governo Federal – o Programa Bolsa Família, cobrindo importante lacuna para o enfrentamento da insegurança alimentar no município.

A iniciativa prevê transferência mensal de R\$ 200,00 (duzentos reais), por meio de um cartão alimentação, na modalidade de cartão eletrônico magnético, destinado à aquisição de itens essenciais, como alimentos, produtos de higiene pessoal e suplementos alimentares para crianças.

No que se refere ao custo de investimento do Programa é de até 6 milhões mensais, considerando o universo de até 30 mil famílias beneficiadas. A base de beneficiários tem prazo de atualização trimestral, alcançando novas famílias conforme critérios basilares estabelecidos pelas normativas institucionais. A despesa está prevista no orçamento da SMAS, com dotação própria consignada na Lei Orçamentária Anual, em consonância com o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro.

3. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E TERRITORIAL DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS

No primeiro lote de beneficiários, foram selecionadas 29.501 famílias, das quais a ampla maioria (96,2%) possui uma mulher como referência familiar. Tal configuração reflete desigualdades estruturais de gênero associadas à renda, ao acesso a direitos e à inserção no mercado de trabalho.

Verifica-se elevada concentração de beneficiárias do Cartão em determinados territórios, sendo que cinco bairros concentram aproximadamente 25% do total de beneficiárias: Campo Grande (6,58%), Santa Cruz (6,22%), Guaratiba (4,28%), Bangu (3,72%) e Maré (3,34%). Essa concentração está associada à grande extensão territorial e elevada densidade populacional, aliadas a desigualdades no acesso a serviços públicos e a indicadores sociais historicamente desfavoráveis.

Nos 27 eventos de distribuição do cartão realizados em toda cidade, cerca de 600 famílias necessitaram de direcionamento imediato para atendimento técnico, tendo sido encaminhadas

para atendimento nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), considerando sua centralidade como porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Na primeira etapa de distribuição do Cartão PIC, após a realização dos eventos planejados e da busca ativa pelos territórios através de diferentes estratégias envolvendo visitas domiciliares e articulação intra e intersetorial, foi possível alcançar 86,7% dos beneficiários selecionados.

4. DESAFIOS EVIDENCIADOS NA PRIMEIRA ETAPA DE EXECUÇÃO DO CARTÃO PIC

Considerando o volume de beneficiários a serem alcançados, foi necessária a implementação de Plano Operacional de distribuição por territórios, com definição de espaços estratégicos compatíveis com a demanda populacional, o que exigiu visitas precursoras para adaptação de layout de cada evento, implementação de estratégia de comunicação via rede social, bem como monitoramento sistemático do alcance da mobilização pelos territórios, para garantia do alcance do público-alvo.

Além disso, foi necessário prever estrutura operacional (materiais e recursos humanos) suficiente para a realização dos eventos, com integração de todos os setores da Secretaria na viabilização das ações planejadas. Para garantia da rastreabilidade das entregas, foi necessário desenvolver aplicação no Sistema de Informações Urbanas (SIURB) da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, que contempla: a base das famílias selecionadas; informações sobre as datas das entregas dos cartões para as famílias; bem como registro fotográfico dos recibos e documentação de cada beneficiado, para fins de monitoramento, validação das entregas e prestação de contas futura.

Apesar do alcance de 86,7% dos beneficiados, foram observados desafios e obstáculos na seleção automática das famílias. Do universo total, 13,3% das famílias não foram localizadas através das informações disponíveis no Cadastro Único, principalmente em razão de mudança de endereço, sem atualização cadastral por parte das famílias.

Segundo normativas do Governo Federal, os cadastros são considerados válidos considerando o prazo de 2 (dois) anos. Entretanto, qualquer mudança nas informações da família (mudança de endereço, composição familiar e/ou renda) demanda atualização imediata. A falta de atualização das informações cadastrais gerou dificuldade na comunicação com as famílias beneficiárias, através das principais estratégias adotadas, dentre elas: envio de mensagem via aplicativo de mensagens, mobilização com apoio de rede comunitária ou intersectorial e visitas domiciliares.

5. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE IMPACTO

O acompanhamento do benefício ocorre por meio de: Atualização trimestral da base do Cadastro Único; Monitoramento da permanência nos critérios de elegibilidade; Encaminhamento prioritário das famílias aos CRAS e Integração com políticas de saúde e educação no âmbito do Programa Pequenos Cariocas.

A SMAS está desenvolvendo metodologia de avaliação de impacto através da aplicação de pesquisa qualitativa junto a uma amostra de beneficiários para mensurar a redução da insegurança alimentar e melhoria da qualidade de vida das famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao garantir recursos financeiros diretamente vinculados à alimentação, o Cartão Primeira Infância Carioca atua no núcleo mais sensível da vulnerabilidade social: a fome infantil. Além de mitigar a insegurança alimentar imediata, o benefício contribui para melhores condições de saúde, desenvolvimento cognitivo e aprendizagem futura, produzindo efeitos positivos de médio e longo prazo. Trata-se, portanto, de uma política que articula proteção social e promoção de capital humano, com potencial impacto intergeracional, considerando o escopo de atuação ampliado do Programa Pequenos Cariocas.

O Cartão Primeira Infância Carioca configura-se como uma estratégia relevante de proteção social, ao direcionar recursos de forma focalizada a famílias em situação de pobreza com crianças pequenas. Mais do que uma resposta emergencial, o benefício representa um investimento estratégico no início da vida, reconhecendo a primeira infância como prioridade absoluta. Seu fortalecimento e continuidade são fundamentais para a consolidação de uma rede de proteção social comprometida com a garantia de direitos e a justiça social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

BRASIL. Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023. Institui o Programa Bolsa Família. Brasília, DF: Presidência da República, 2023.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 dez. 1993. BRASIL. Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para tornar obrigatória a educação básica dos 4 aos 17 anos de idade. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Brasília, DF: MDS, 2004.

RIO DE JANEIRO (Município). Decreto Rio nº 56.930, de 10 de outubro de 2025. Institui o Programa Pequenos Cariocas e dispõe sobre ações integradas voltadas à primeira infância. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2025. UNICEF. Primeira infância: desenvolvimento integral e políticas públicas. Brasília: UNICEF Brasil, 2016.

QUER APRENDER E SE QUALIFICAR?

A JUVRio conecta jovens a cursos gratuitos alinhados ao mercado

Casa da Juventude

Aprendizado prático para desenvolver habilidades.

**Barbeiro • Maquiagem • Informática • Boxe
E muito mais**

Espaços da Juventude

Formação profissional e tecnologia.

**Drone • Mídias Sociais • Impressão 3D •
Programação E muito mais.**

**Estamos em várias
regiões do Rio**

A JUVRio está mais perto
do que você imagina.



Juventude
Carioca



Escaneie o QR Code



Acompanhe as
inscrições e novidades.

ARTIGO

PROTOCOLO DE CALOR

DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

ANA CARLA PRADO

Arquiteta e urbanista e ocupa o cargo de Assessora Técnica Chefe do Planejamento e Resiliência no Centro de Operações e Resiliência (COR), sendo responsável pelo desenvolvimento das estratégias de resiliência, incluindo os desafios climáticos, como chuvas intensas e calor extremo, e pelos principais planos estratégicos municipais, como o Plano de Gestão de Riscos e Crises e o Plano de Contingência. Servidora pública com mais de 30 anos de experiência, sendo 24 em planejamento urbano e análise ambiental. Na Prefeitura do Rio de Janeiro, já atuou como subsecretária da Subsecretaria de Planejamento e Acompanhamento de Resultados da Casa Civil Municipal. Além disso, esteve envolvida em projetos importantes do Rio, como o Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDS), Jogos Olímpicos Rio 2016 e programas como "Favela Bairro" e "Territórios Sociais", ambos cancelados internacionalmente como boas práticas públicas.

COAUTORIA

Equipe da Assessoria de Planejamento e Risco do COR & Equipe do Centro de Inteligência Epidemiológica da SMS



Ecossistemas ao redor do mundo todo vêm passando por transformações profundas em decorrência das mudanças climáticas e de fatores de estresse de origem antropogênica (Werner et al., 2026). A sequência de anos excepcionalmente quentes evidencia que os extremos térmicos deixaram de ser eventos isolados e passaram a integrar uma nova realidade climática. Os três últimos anos foram considerados os mais quentes já registrados historicamente, com recorde para o ano de 2024, de acordo com a Organização Meteorológica Mundial (2026).

Inseridas no cenário de aquecimento global acelerado, as ondas de calor tornaram-se mais frequentes e passaram a representar um desafio para a governança climática, sobretudo nos grandes conglomerados urbanos. Essas ondas consistem, segundo o Ministério da Saúde do Brasil, em eventos climáticos caracterizados por vários dias consecutivos de temperaturas excepcionalmente elevadas em relação aos padrões históricos de determinadas regiões e épocas do ano.

Elas afetam os períodos diurno e noturno, o que dificulta o resfriamento natural do ambiente. Por conseguinte, a exposição prolongada dos seres humanos a esses ambientes, e sem acesso à climatização, representa um risco à sua saúde.

A cidade do Rio de Janeiro, cujos termômetros também registraram recorde, é especialmente afetada por esse fenômeno. Por um lado, isso se justifica pela sua geografia singular: a localização na faixa tropical, marcada pela presença do litoral e pelo relevo do chamado “mar de morros”, o qual dificulta a circulação dos ventos, contribui para verões bem quentes e úmidos, com alto índice pluviométrico (PDS, 2021). Por outro lado, a densa urbanização — inclusive em áreas baixas — que faz do Rio a segunda cidade mais populosa do Brasil, agrava o fenômeno das ilhas de calor¹.

CONTEXTO

O ponto de virada cronológico, na cidade do Rio, para o tratamento institucional dado ao calor como risco climático foi a onda de calor de 11 a 18 de novembro de 2023, que resultou no primeiro registro de óbito atribuído às consequências graves do calor extremo (SMS, 2024) e registrou recorde histórico de Índice de Calor na cidade (49,8 °C). Essa foi uma das mais graves ondas de calor já registradas na cidade (Figura 1).

¹ Para a Organização Meteorológica Mundial (2023), as áreas urbanas, ao modificarem as trocas de energia na superfície em comparação com as áreas não urbanas, apresentam, em geral, temperaturas do ar noturnas mais altas e temperaturas do ar diurnas semelhantes ou mais baixas em comparação com as áreas rurais circundantes. Esse fenômeno é chamado de efeito de ilha de calor urbana (ICU).

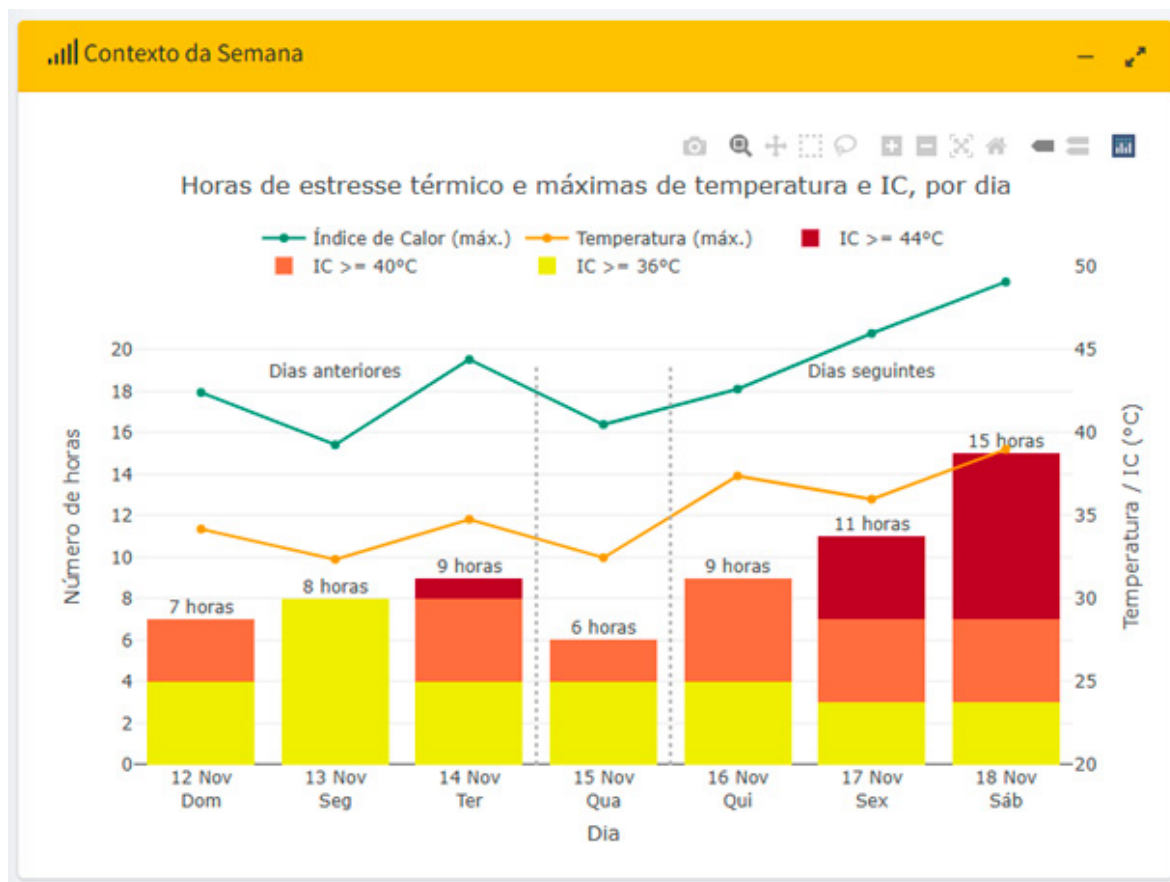


Figura 1: Evolução do Índice de Calor durante a onda de calor de novembro de 2023

Vale ressaltar que a definição do Índice de Calor (IC) como métrica para analisar o calor na cidade representou um avanço. Trata-se de um indicador utilizado para estimar a temperatura percebida pelo corpo humano, resultante da combinação entre a temperatura do ar e a umidade relativa deste. Portanto, no contexto da cidade do Rio de Janeiro, o IC foi escolhido como indicador técnico de calor, uma vez que é capaz de traduzir, de forma mais precisa e objetiva, o impacto das condições meteorológicas sobre a população.

Ao contrário da temperatura medida isoladamente, o IC incorpora os efeitos fisiológicos da umidade sobre os mecanismos de termorregulação do corpo, especialmente a evaporação do suor, que é o principal meio de dissipação de calor em ambientes quentes. Do ponto de vista fisiológico, a alta umida-

de do ar reduz a evaporação do suor, o que aumenta a retenção de calor pelo corpo, sendo possível causar estresse térmico, condição em que o organismo é submetido à sobrecarga para manter a sua termorregulação e, por conseguinte, desencadear outros problemas de saúde relacionados ao calor extremo (SMS, 2024).

Nesse contexto, a Prefeitura do Rio de Janeiro estabeleceu uma estrutura específica para planejar e coordenar ações de mitigação e resposta a esse risco com a criação do Comitê de Desenvolvimento de Protocolos para Enfrentamento de Calor Extremo (CDPECE), por meio do Decreto Rio nº 54.740, de 28/06/2024. Esse comitê é formado pelo Centro de Operações e Resiliência (COR), pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima (SMAC), tendo como responsabilidade a elaboração de protocolos voltados à gestão de cenários de risco associados ao calor extremo.

Metodologicamente, a construção de protocolos específicos deu-se por meio de pesquisa exploratória na literatura internacional especializada nessa temática. Ademais, o Centro de Inteligência Epidemiológica (CIE), vinculado à Superintendência de Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, realizou um estudo científico voltado à construção de evidências sobre os impactos do calor extremo na saúde da população. O estudo analisou dados de mortalidade por 17 diferentes causas no município do Rio de Janeiro ao longo de um período de 12,5 anos (2012–2024), associando o excesso de mortalidade à exposição ao calor. Os resultados demonstram aumento do risco de mortalidade para a maioria das causas analisadas à medida que cresce o número de horas de exposição ao calor extremo à luz dos dados históricos de temperatura do sistema Alerta Rio. Esses achados sedimentaram tanto a definição e aplicação do Índice de Calor quanto a dos Níveis de Calor associados ao protocolo. Isso revela o caráter integrado e multissetorial da iniciativa.

Os Níveis de Calor consistem em um sistema de classificação gradativo, dentro do Protocolo de Enfrentamento ao Calor Extremo, que vai do 1 (menor risco) ao 5 (maior risco) (SMS, 2024). Servem para monitorar e alertar sobre riscos à saúde devido a temperatura e umidade altas e orientar ações preventivas e operacionais na cidade do Rio de Janeiro.

Especificamente, o Nível de Calor 1 é caracterizado por um Índice de Calor (IC) igual ou inferior a 36°C , ou superior a 36°C por um período inferior a quatro horas diárias. Trata-se de um cenário considerado de normalidade; logo, não há orientações específicas e as atividades dos órgãos se restringem ao monitoramento.

Nos níveis de Calor 2 e 3, o cenário muda ligeiramente. Não obstante ainda de menor gravidade, os órgãos competentes disseminam informações específicas e boletins meteorológicos para população, além de orientá-la a adotar comportamentos que preservem a sua saúde, tais como hidratação constante, proteger-se da exposição prolongada ao sol, evitar atividades físicas ao ar livre, entre outros.

Vale mencionar que, quanto aos parâmetros, considera-se Nível 2 quando o IC supera 36°C por quatro horas diárias por até dois dias consecutivos. Caso esse período se prolongue por mais de três dias, há deflagração do Nível 3.

Nos Níveis 4 e 5, em contrapartida, são adotadas medidas de maior intensidade e alcance que visam à adaptação das rotinas da cidade e à proteção da saúde da população. O Nível 4 ocorre quando o IC varia entre 40°C e 44°C por, no mínimo, quatro horas diárias, acompanhado de previsão de manutenção de IC acima de 36°C por mais dois dias consecutivos. Enquanto isso, o Nível 5 é caracterizado por IC superior a 44°C por pelo menos duas horas diárias, também com previsão de continuidade do calor intenso pelos dois dias subsequentes.

ARTIGO

Uma vez que esses cenários são mais graves, a divulgação de informações sobre as condições meteorológicas é acompanhada de medidas protocolares emergenciais, a saber:

→ **ABERTURA DAS ESTAÇÕES DE RESFRIAMENTO**, sendo 76 pontos distribuídos pela cidade, instalados em parques, áreas cobertas ou ambientes climatizados, destinados ao acolhimento e proteção da população;

→ **ADEQUAÇÃO DE EVENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS** ao notificar os organizadores para revisão dos planos operacionais, podendo incluir ajustes logísticos ou, em casos extremos, cancelamento das atividades;

→ **AJUSTE NA GRADE HORÁRIA ESCOLAR** na qual as aulas de educação física são adaptadas para evitar a exposição dos alunos;

→ **ESTRUTURAÇÃO DA PREPARAÇÃO E RESPOSTA DA SMS**, organizadas por eixos de atuação: assistência e prevenção, vigilância em saúde, infraestrutura e adaptação de serviços, vigilância sanitária, comunicação e gestão para orientar a rede de atenção à saúde no enfrentamento do calor extremo.

→ **IMPLEMENTAÇÃO DOS PROTOCOLOS** elaborados e validados pelas agências municipais e pelo CDPE-CE, destinados à proteção de trabalhadores.

É importante frisar que a aplicação retroativa da metodologia de IC à onda de calor de novembro de 2023 levar-nos-ia a inferir que teriam sido atingidos os parâmetros técnicos para deflagração do Nível de Calor 5, visto que o décimo oitavo dia do mês registrou cerca de oito horas com IC superior a 44 °C e quinze horas acima de 36 °C.

Desde a implementação do protocolo, o Nível 5 não foi deflagrado. Enquanto isso, foi deflagrado oficialmente o Nível 4 no dia 17 de fevereiro de 2025, às 12h35min – que se manteve até o dia 20 do mesmo mês. A partir disso, foram desencadeados protocolos de comunicação e de resposta para mitigar os impactos na saúde da população. Foram abertos e amplamente divulgados os 76 pontos de resfriamento acima mencionados, por exemplo, Parques, Vilas Olímpicas e Naves do Conhecimento. Essa operação contou com a atuação coordenada de diversos Órgãos Municipais, incluindo SMAC, FPJ, SMC, SECONSERVA e SMEL. Ademais, a comunicação com a população foi intensificada, liderada pela SMS e pelo COR, por meio do aplicativo COR.Rio, redes sociais, releases e entrevistas concedidas a emissoras de rádio, televisão e veículos impressos. Além disso, os principais produtores de eventos na cidade foram informados por meio da RIOTUR e ajustaram seus planejamentos conforme as orientações. De igual modo, agências com atividades externas adotaram medidas para reduzir a exposição de seus colaboradores e prestadores de serviço ao calor extremo. As atividades nas escolas municipais também foram adaptadas para que os alunos se expusessem o menos possível aos impactos do calor.

Além do IC, do CDPECE e dos Níveis de Calor, o Decreto Rio nº 54.740 – acima mencionado – definiu que cabe ao COR a responsabilidade de coordenar o protocolo operacional da cidade, articulando a execução das medidas com base nos parâmetros de deflagração definidos pela SMS. Portanto, o monitoramento das condições de calor no município do Rio de Janeiro é rotineiramente realizado pelo COR, com auxílio do Painel de

Calor — ferramenta desenvolvida pelo CIE e integrada ao Sistema Alerta Rio —, que permite a análise em tempo real e preditiva do calor no território.

Protocolarmente, quando os parâmetros técnicos indicam a possibilidade de alteração no nível de calor, realiza-se uma avaliação de cenário com os órgãos-membros do CDPECE, dirigida pelo COR. Nessas deliberações, consideram-se tanto os dados técnicos quanto o contexto operacional da cidade, como um todo, e seus potenciais impactos sobre a população.

Uma vez confirmada e oficializada a mudança do nível de calor, cabe ao COR promover a divulgação das informações por meio dos seus canais oficiais, o que inclui as redes sociais e o aplicativo COR.Rio, dos veículos de comunicação e dos parceiros institucionais. São de sua competência, também, a divulgação de previsões de calor e de orientações preventivas à população — com apoio técnico da SMS — e o acompanhamento da repercussão pública e midiática das medidas adotadas.

Sendo assim, a formalização operacional da mudança de nível ocorre a partir do registro no Sistema de Integração do COR garantindo o alinhamento com o grupo operacional da Prefeitura. Nos casos em que a mudança ou a previsão de mudança envolve os níveis mais elevados do protocolo (níveis 4 ou 5), são acionados, também, mecanismos adicionais de coordenação interinstitucional.

Destacam-se, entre eles, a comunicação com concessionárias de serviços essenciais e a articulação com os órgãos responsáveis por equipamentos cadastrados, como pontos de resfriamento. O primeiro mecanismo visa à adoção de medidas preventivas que assegurem a continuidade dos serviços de água e energia durante os episódios de calor extremo; o segundo, à garantia do funcionamento dos referidos equipamentos, à divulgação prévia dessas estruturas à população e à atualização das informações no aplicativo oficial do COR.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Protocolo de Enfrentamento ao Calor Extremo da cidade do Rio de Janeiro representa um avanço relevante na adaptação do município às mudanças climáticas e na proteção da saúde pública. Embora se trate de um trabalho em progresso, passível de aprimoramentos contínuos à medida que novos dados e experiências operacionais sejam incorporados, a sua implementação já constitui um ganho concreto para a população. Isso se deve à sua capacidade de estabelecer critérios claros, governança definida e respostas coordenadas aos eventos de calor extremo.

Uma vez que a realidade das mudanças climáticas impõe novos cenários, revisões e atualizações periódicas do protocolo se fazem necessárias e importantes para garantir que as medidas adotadas dialoguem com o desenvolvimento dinâmico de uma grande cidade.

O desenvolvimento do protocolo em questão não passou incólume a desafios. Nesse sentido, vale mencionar que grande parte da literatura e das metodologias disponíveis sobre o tema ainda é produzida e centrada nos países do chamado Norte Global, que são aqueles que dispõem de mais recursos e condições socioeconômicas distintas das observadas na América do Sul. Essa diferença demandou esforços técnicos internos para rever e adaptar conceitos, preencher lacunas e desenvolver indicadores e parâmetros próprios que retratassem a nossa realidade territorial e climática.

Vale mencionar, também, o desafio de sensibilizar a população sobre os riscos do calor extremo. Em uma cidade que historicamente construiu a sua identidade associada ao clima quente – inclusive como destino turístico internacional (re) conhecido – a comunicação sobre riscos associados ao calor encontra barreiras culturais. Como abordado anteriormente, as redes sociais e os canais oficiais de comunicação do COR di-

vulgam orientações cabíveis para os níveis de calor; entretanto, a naturalização do calor dificulta a percepção dos riscos à saúde, o que torna mais complexa a mobilização da população para adoção de medidas preventivas diante de níveis elevados de temperatura. Diante disso, o COR realiza reuniões com as equipes de comunicação dos órgãos envolvidos para refinar a estratégia de sensibilização da população para o tema.

Ao integrar monitoramento técnico, ações preventivas e medidas operacionais graduais, o protocolo contribuiu para fortalecer a resiliência urbana e climática da Prefeitura do Rio de Janeiro e para ampliar a capacidade do município de reduzir riscos e vulnerabilidades associados ao aumento das temperaturas. O esforço envidado recebeu reconhecimento internacional com o Local Leaders Awards da C40 Cities, na categoria “Infraestrutura mais segura para um mundo em mudança”, conferindo visibilidade ao caráter inovador da iniciativa, cujo êxito pode servir de modelo para outras cidades, não apenas no Brasil, mas também no mundo.

REFERÊNCIAS

MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL. Ondas de Calor. Disponível em: < <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/o/ondas-de-calor> > Acesso em 06 fev. 2026

ORGANIZAÇÃO METEOROLÓGICA MUNDIAL, 2023. Guidance on Measuring, Modelling and Monitoring the Canopy Layer Urban Heat Island (CL-UHI). Disponível em: < https://urban-climate.org/wp-content/uploads/2023/10/WMO_2023_1292_en.pdf?utm_source=chatgpt.com > Acesso em 06 fev. 2026.

ORGANIZAÇÃO METEOROLÓGICA MUNDIAL, 2026. WMO confirms 2025 was one of warmest years on record. Disponível em: < https://wmo.int/news/media-centre/wmo-confirms-2025-was-one-of-warmest-years-record?utm_source=chatgpt.com > Acesso em 06 fev. 2026.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática da Cidade do Rio de

Janeiro: PDS. Rio de Janeiro, RJ: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2021. Decreto RIO nº 48940 de 4 de junho de 2021, que institui o PDS. Disponível em: < <https://pds-pcrj.hub.arcgis.com/> > Acesso em 06 fev. 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, Prefeitura do Rio de Janeiro. Protocolo de enfrentamento ao calor extremo [livro eletrônico]/Prefeitura do município do Rio de Janeiro. -- 1. ed. -- Rio de Janeiro: Ed. dos Autores, 2024. PDF. Disponível em: < https://saude.prefeitura.rio/wp-content/uploads/sites/47/2024/10/Livro_PlanoContingenciaEnfrentamentoCalorExtremo_PDFDigital_20241024.pdf > Acesso em 03 fev. 2026.

WERNER, K. M. et al. Major heat wave in the North Atlantic had widespread and lasting impacts on marine life. *Science Advances*, v. 12, p. eadt7125, 2026. DOI: 10.1126/sciadv.adt7125. Disponível em: < <https://www.science.org/doi/10.1126/sciadv.adt7125> > Acesso em 30 jan. 2026.

O CARNAVAL NA INTENDENTE MAGALHÃES

LUIZ GALO MONSORES

Vice-Presidente da RIOTUR

O Carnaval do Rio mobiliza cerca de oito milhões de foliões entre o pré-Carnaval e os dias oficiais da festa. A programação se espalha por toda a cidade, com centenas de blocos de rua, desfiles das Escolas de Samba no Sambódromo, festas em diferentes formatos e os tradicionais bailes populares na Avenida Chile e na Cinelândia.

Nesse conjunto, o Carnaval da Intendente Magalhães, que atravessa bairros como Madureira, Oswaldo Cruz e Cascadura, destaca-se como o principal polo carnavalesco da Zona Norte.

Para 2026, foram seis noites de desfiles na Intendente, entre os dias 14 e 22 de fevereiro. Ao longo desse

período, 64 Escolas de Samba das Séries Prata e Bronze, além do Grupo de Avaliação, e 10 Blocos de Enredo ocuparam o local, com público estimado em 250 mil foliões.

A realização da festa demanda uma ampla estrutura operacional do poder público. A COMLURB mobiliza mais de



Carnaval na Intendente Magalhães. Foto Alexandre Loureiro/ Riotur

200 profissionais nas frentes diurna e noturna. A operação conta ainda com equipes da Guarda Municipal do Rio de Janeiro (GM-RIO), da Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro (CET-RIO), da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres e Cuidados (SPM-RIO) e, claro, Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro (RIOTUR), atuando de forma integrada para garantir ordenamento, segurança, mobilidade e apoio aos foliões.

A relevância atual da Intendente Magalhães também se apoia em sua trajetória histórica. A via, tradicional polo de comércio automotivo, fazia parte da antiga Estrada Real de Santa Cruz e acompanhou a expansão urbana do Rio de Janeiro. Entre 1989 e 2004, já recebia desfiles, ainda sem caráter oficial. A oficialização ocorreu em 2002, quando as escolas da quinta e sexta di-

visões, que desfilavam em Bonsucesso, passaram a se apresentar na Intendente. Em 2005, a quarta divisão também foi incorporada ao local, que passou a contar com arquibancadas tubulares, cabines de jurados e estrutura para a imprensa, firmando-se como um dos mais importantes palcos do Carnaval Carioca.

Esse conjunto de tradição, escala e organização reforça a Intendente Magalhães como um espaço essencial para a democratização do Carnaval, valorizando a cultura das escolas de samba e ampliando o acesso da população à festa.

Com planejamento e integração entre os órgãos municipais, a tendência é de fortalecimento contínuo desse polo, gerando impacto cultural, social e econômico positivo para a Zona Norte e para toda a cidade.

JANA LIBMAN

Analista Técnica Administrativa graduada em Comunicação Social (UFF), com pós-graduação em Comunicação e Imagem (PUC-RJ) e em Psicologia Positiva (IIPsi+). Possui certificação em *Coaching Integrado* (ICI) e participante do Programa *Women's Leadership Network* (Columbia University).

COM AMOR DEFINIDO

Em seu livro “The Dog Who Couldn’t Stop Loving: How Dogs Teach Us to Be Happy and Loving” (“O Cão Que Não Parava de Amar: Como os Cães Nos Ensinam a Sermos Felizes e Amorosos”, em tradução livre), o psicólogo social Jeffrey Masson defende que o amor dos cães é um traço emocional real, e que eles estabelecem vínculos emocionais profundos com os humanos, muitas vezes mais fiéis e constantes do que nós mesmos uns com os outros. Os cães seriam como que “professores de amor” e a convivência com eles pode nos tornar pessoas mais calorosas.

Pude comprovar isso a partir do momento que tive a oportunidade de ser transformada pelo amor de um lindo Golden Retriever. Eu e a minha família tivemos a alegria e o privilégio de ter convivido com o Flynn por quase uma década, recebendo dele amor irrestrito e afeto incondicional, experimentando alegrias desmedidas. Suas estripulias renderam muitos risos, seu coração gigante cativou muita gente, seu olhar doce entendia a nossa alma. Com ele, aprendi a respeitar o meu tempo, a viver mais no presente, a expressar o amor quando tivesse vontade, a não lutar contra o cansaço – ver

ele dormindo era a visão mais linda do mundo. Ele foi e sempre será um grande amor nas nossas vidas, por quem somos eternamente gratos.

Mas a casa, sem o barulhinho das patinhas batendo no piso, pareceu sem sentido e vazia. Então entendemos que um novo “amor”, com seus latidos, lambidas, rabinho balançando e pulos no nosso colo, era o que faltava para completar a família. Recebemos a notícia do resgate de uma mãe com seus filhotes. E um em especial, com pelo caramelo, olhos verdes, energia de sobra e dentinhos afiados nos encantou de primeira. Resolvemos adotá-lo e logo percebemos que o amor sempre se renova e se multiplica. Ele, sem raça definida (o famoso SRD) veio ocupar um espaço onde o amor retesado precisava fluir. E toda a nossa energia foi canalizada para o cuidado com o novo peludinho que passou a ocupar a nossa casa e o nosso coração.

Mas o amor se define através do ato de amar. Soubemos que todos os

filhotes foram adotados, mas a mãe, que traz no seu olhar todo o carinho do mundo, ainda aguardava um lar. Algo muito forte nos tocou e, meses depois, adotamos também a Athena, mãe do nosso agora grande caramelo Atlas. O que achávamos que estava bom ficou maravilhoso: o amor se multiplicou – a bagunça também – e hoje a casa vive cheia de alegria, movimento e energia renovada. O quanto foi importante para nós entendermos que é o amor que comanda o espetáculo da vida, que nos torna pessoas melhores (a adoção dupla nos lembra disso todos os dias). Os peludinhos recém-chegados transformaram a nossa rotina e renovaram a forma como enxergamos o mundo. Entendemos que a conexão pelo afeto pode estar no olhar enternecido de um cãozinho que parece perguntar “conta de novo aquela parte da história em que você me adotou?” E assim a vida ganhou mais sentido, na experiência extraordinária de viver um amor bem definido: verdadeiro, constante, honesto, gentil e intenso.

O USO DE JOGOS COMO FERRAMENTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

RAFAEL KOURY

Arquiteto, gerente de design e educação patrimonial do IRPH, autor do livro-jogo "Rio 1710".



O uso de jogos e de estratégias de gamificação tem se consolidado como recurso metodológico voltado a aproximar e engajar diferentes públicos em atividades educativas; articulando aprendizagem, participação e experiência. Ao organizar conteúdos por meio de desafios, narrativas e sistemas de progressão, essas abordagens deslocam o ensino de uma lógica predominantemente expositiva para processos nos quais o sujeito atua como intérprete do território. Tal perspectiva converge com modelos educativos que compreendem o conhecimento como construção vinda da presença ativa e da interação entre informação, contexto e prática social;

revelando-se especialmente pertinente à educação patrimonial e à valorização dos bens culturais.

A gamificação permite traduzir temas ligados às práticas culturais em dinâmicas de investigação que preservam a complexidade dos conteúdos e favorecem sua descoberta voluntária. Missões, percursos e mecanismos de reconhecimento simbólico estimulam o participante a observar elementos materiais da cidade, identificar transformações históricas e relacionar diferentes usos sociais. A mediação lúdica, assim, contribui para o desenvolvimento de competências de leitura do espaço urbano e para a compreensão de que os

bens culturais resultam de processos históricos contínuos, inscritos em relações econômicas e simbólicas, ao mesmo tempo em que favorece habilidades como diálogo, cooperação e tomada de decisão.

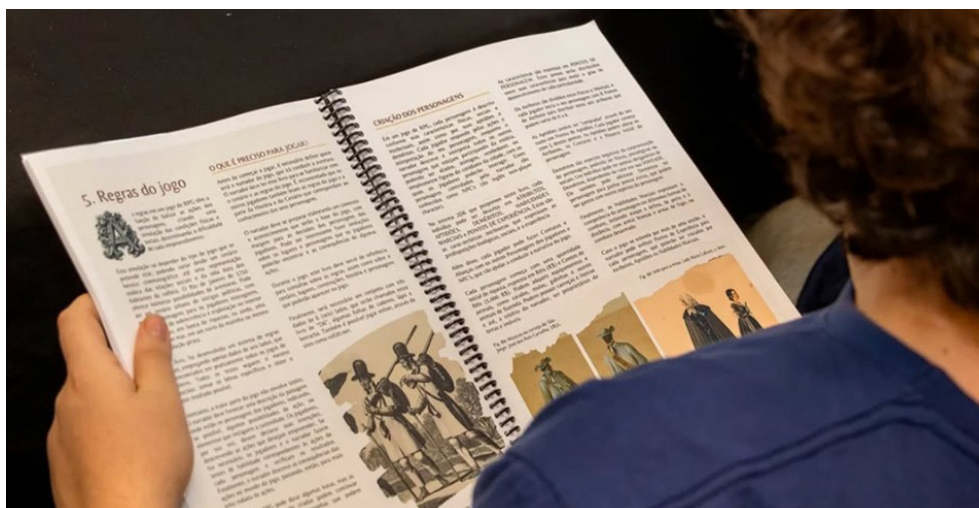
Outro aspecto relevante é a potencialidade dos jogos em ampliar o alcance das políticas de preservação ao dialogar com linguagens do cotidiano de crianças, jovens e adultos. Baralhos, tabuleiros e atividades presenciais estruturadas como problemas cooperativos ou competitivos favorecem a circulação do conhecimento patrimonial. Quando articuladas a parcerias locais, essas ações podem integrar saberes comunitários e fortalecer vínculos, ampliando a participação e o reconhecimento do valor público dos bens culturais.

Em 2024, o IRPH lançou o livro-jogo "Rio 1710", iniciativa que integra os objetivos de valorização da memória urbana e difusão da história da cidade com

uma linguagem acessível a públicos tradicionalmente afastados deste campo. A proposta consistiu em utilizar a estrutura narrativa do jogo de interpretação de papéis (Role Playing Game – RPG) para ambientar os jogadores no Rio de Janeiro do início do século XVIII, a partir de enredos fictícios, ainda que ancorados em fontes históricas, cartográficas e iconográficas.

Atualmente, o IRPH está desenvolvendo um baralho original que apresentará diversos bens culturais do Patrimônio Carioca em um jogo competitivo para todos os públicos. O jogo irá apresentar conceitos de proteção e valorização, assim como riscos a que estão submetidos estes bens. O baralho está em fase final de produção e deve ser lançado ainda no primeiro semestre de 2026.

Para mais informações sobre as ações de educação patrimonial do IRPH, acesse o site irph.prefeitura.rio.



C A L M A R I O

PAULA CAMARGO

Arquiteta, urbanista, escritora, correitora, servidora pública, mãe e Líder Carioca. Gosta de ter seus cantinhos especiais espalhados pela cidade, encontrar refúgios, sejam calmos ou não.

Entre o mar e o asfalto, colado à estação Cardeal Arcoverde de metrô, uma pequena jóia da preservação se descortina em pleno bairro de Copacabana. Em meio ao tecido urbano denso do bairro, o Parque Municipal João Goulart, popularmente conhecido como Parque da Chacrinha, fica distante do burburinho da praia, e oferece uma possibilidade de pausa na Mata Atlântica. Um dos seus maiores atrativos e ponto crucial para atrair visitantes em busca de lazer e sossego é, justamente, a facilidade de acesso tanto por vias principais quanto por transportes públicos. Essa acessibilidade consagra o Parque da Chacrinha como um destino prático para um rápido escape verde, seja durante uma pausa no trabalho ou no final de semana.

A localização privilegiada do parque oferece uma transição imediata da paisagem urbana para a vegetação, e a facilidade de acesso por ônibus e metrô corrobora sua vocação como um pulmão verde democrático, que se integra à rotina da cidade sem exigir grandes planejamentos logísticos. A experiência de imersão na natureza começa quase no instante em que se deixa o asfalto.

Ao adentrar o parque, a calma toma conta. A densa vegetação atua como uma barreira sonora natural, abafando os ruídos da metrópole e substituindo-os pelos sons da própria natureza. Ouvidos atentos podem buscar identificar sons específicos de pássaros, insetos e plantas. Este santuário é caracterizado por caminhos sinuosos e áreas sombreadas, sendo um local excelente para quem busca tranquilidade, seja para uma leitura sob a sombra das árvores, uma meditação ou simplesmente para desfrutar do ar puro.

A sensação de isolamento, apesar de estar no coração da cidade, é palpável, tornando o lugar ótimo para renovar as energias e reduzir o estresse cotidiano.



IMERSÃO NA MATA ATLÂNTICA

A riqueza biológica do parque é outro elemento central de seu apelo. Como um remanescente florestal, ele abriga uma flora exuberante, essencial para a manutenção da biodiversidade local. Caminhar por seus recantos possibilita vislumbrar a exuberância original da Mata Atlântica, um ecossistema crucial e sob constante ameaça. A preservação dessas características naturais é o que sustenta o caráter sereno desse refúgio, oferecendo não apenas paisagens agradáveis, mas também um contato educativo e respeitoso com a biodiversidade urbana.

Para além de ser um destino isolado de paz, o Parque da Chacrinha cumpre um papel vital como ponto de articulação dentro da malha verde do Rio de Janeiro, destacando-se pela sua conexão com outras trilhas. Esta característica o torna um ponto de partida ou passagem para ecoturistas e trilheiros mais aventureiros. O parque funciona como um elo que pode levar a caminhos mais extensos e desafiadores, integrando-se a roteiros que exploram áreas de conservação adjacentes, como a Traversia Copacabana x Botafogo, passando pela Agulhinha Inhangá, ou a passagem pelos Morros de São João, da Babilônia e da Urca. Essa rede de conexões faz do parque um verdadeiro portal, ampliando significativamente as possibilidades de exploração da natureza na região, transformando uma simples visita em uma aventura ecológica com diferentes níveis de dificuldade. Essa interligação com outras rotas faz do parque um ativo fundamental no ecossistema de lazer e conservação da cidade, permitindo que os visitantes explorem a grandiosidade da paisagem carioca por diferentes perspectivas, sempre começando pela serenidade e acessibilidade que só o Parque da Chacrinha pode oferecer.

P A R Q U E D A
C H A C R I N H A

R. Guimarães Natal, S/N
Copacabana

Horário de Funcionamento
3ª a domingo, das 8h às 17h

#FICAADICA

Paula Camargo

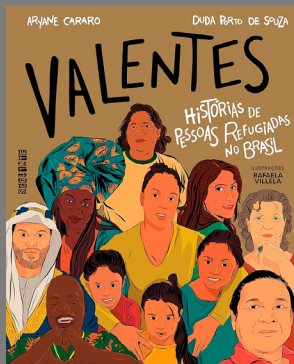


O GLOBAL E O PLANETÁRIO

DIPESH CHAKRABARTY - UBU EDITORA / EDITORA PUC-RIO, 2025

Neste ensaio instigante, Dipesh Chakrabarty propõe uma reflexão sobre os limites das categorias tradicionais das ciências humanas diante da crise climática. Ao distinguir o "global", associado à história da modernidade, do capitalismo e da globalização, do "planetário", que remete às dinâmicas físicas e biogeoquímicas da Terra, o autor mostra como o Antropoceno desafia nossa maneira de compreender a história. A humanidade passa a ser pensada não apenas como sujeito político e histórico, mas também como **força geológica capaz de alterar o sistema terrestre**. Ao articular história, filosofia e ciência do sistema Terra, Chakrabarty convida quem o lê a repensar conceitos como "progresso", "modernidade" e "responsabilidade coletiva" em uma escala inédita.

Uma obra fundamental para compreender como a crise climática redefine o lugar da humanidade no planeta.



VALENTES: HISTÓRIAS DE PESSOAS REFUGIADAS NO BRASIL

ARYANE CARARO E DUDA PORTO DE SOUZA - ED. SEGUINTE, 2020

A obra humaniza a crise global de migração, narrando as trajetórias de 15 pessoas de diferentes nacionalidades que buscaram reconstruir suas vidas em território brasileiro. Combina biografias emocionantes, infográficos detalhados e um sólido resgate histórico sobre as leis de refúgio no Brasil. É incrível como as autoras transformam estatísticas em rostos e nomes, destacando a coragem necessária para abandonar o próprio lar devido a guerras, perseguições e/ou catástrofes. O livro é na verdade uma ferramenta de empatia e combate à xenofobia, celebrando a resiliência humana e a rica diversidade cultural que compõe a identidade do nosso país.



A TERRA DÁ, A TERRA QUER

ANTÔNIO BISPO DOS SANTOS (NEGO BISPO) - UBU EDITORA, 2023

Em a terra dá, a terra quer, Antônio Bispo dos Santos, pensador quilombola amplamente conhecido como Nego Bispo, conduz o leitor a um encontro profundo com outras formas de pensar o mundo e a relação com a terra. A partir da experiência e da filosofia dos povos quilombolas, o autor compartilha reflexões que desafiam a lógica colonial e convidam a repensar noções de progresso, propriedade e natureza.

Sua escrita, marcada pela oralidade e pela força da experiência vivida, torna a leitura ao mesmo tempo acessível e provocadora. Ao afirmar que a terra dá, mas também quer, o livro articula memória, crítica política e sabedoria ancestral para afirmar que a terra não é recurso a ser explorado, mas entidade viva, com a qual se estabelece uma relação de reciprocidade e cuidado. Ao confrontar a lógica extrativista e individualista da modernidade, a obra oferece perspectivas fundamentais para debates contemporâneos sobre sustentabilidade, território e justiça socioambiental, fazendo-nos reconsiderar nossa própria posição no mundo.

Breve, direto e profundamente inspirador, a terra dá, a terra quer é uma obra que amplia horizontes e deixa em quem a lê a sensação de ter participado de uma conversa transformadora sobre território, vida e futuro.



IDEIAS PARA ADIAR O FIM DO MUNDO (2019), A VIDA NÃO É ÚTIL (2020) O AMANHÃ NÃO ESTÁ À VENDA (2020) E FUTURO ANCESTRAL (2022)

AILTON KRENAK - EDITORA COMPANHIA DAS LETRAS

Nos quatro livros que compõem esse conjunto de ensaios breves e contundentes, Ailton Krenak oferece uma das críticas mais potentes à ideia de progresso que orienta a civilização moderna.

Partindo de sua experiência como líder indígena e pensador, ele questiona a separação entre humanidade e natureza, e denuncia a lógica que transformou a Terra em mero recurso econômico. Ao longo dessas obras, Krenak nos convida a reconhecer que a noção de uma humanidade universal muitas vezes serviu para silenciar outros modos de existir e de habitar o mundo.

Com linguagem direta, poética e provocadora, seus textos ampliam o debate ambiental para um plano existencial e civilizatório, abrindo espaço para imaginar futuros enraizados em cosmologias ancestrais. Uma leitura essencial para pensar alternativas ao modelo de desenvolvimento dominante.

RIO DE SEMPRE

Angela Meurer



"Somos povos de trajetórias,
não somos povos de teoria. Somos da
circularidade: começo, meio e começo.
As nossas vidas não têm fim. A geração avó
é o começo, a geração mãe é o meio
e a geração neta é o começo de novo."

Antônio Bispo dos Santos (Nego Bispo)



Foto página anterior:
Marc Ferrez/ Acervo Instituto Moreira
Salles. Circa 1889.

Foto acima:
Alexandre Macieira
Riotur



Fotografia de capa:
Alex Unsplash



Aqui você encontra o arquivo pdf do número 27 da Revista Carioca de Gestão Pública, Cidade iNova. Aproveite!

TEM ALGUMA EXPERIÊNCIA PARA COMPARTILHAR?

Já estamos trabalhando para a próxima edição e queremos a sua ajuda para que ela fique ainda melhor.

Submeta um artigo, mande sua dica ou simplesmente dê a sua opinião!

...

Para ter acesso aos critérios de submissão e regras de formatação, acesse o site <https://fjg.prefeitura.rio/re-vista-cidade-inova>

Outras dúvidas, envie um e-mail para: contato@fundacaojoaogoulart.com

